

REGINA NOGUEIRA DA SILVA

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADEMICO**

**CAMPO GRANDE-MS
2013**

REGINA NOGUEIRA DA SILVA

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – **Mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco**, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação do Professor Doutor Olivier François Vilpoux.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADEMICO**

**CAMPO GRANDE - MS
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

TITULO: PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, Diversidade

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito Parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 31/07/2013

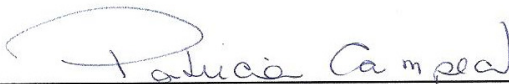
BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Olivier François Vilpoux – Presidente da Banca
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Patrícia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

DEDICATORIA

Á Deus por fazer-me acreditar que se é possível buscar e lutar por um sonho, basta apenas “desenhá-lo” e ir em busca do ideal.

Em especial ao meu esposo Marcelo, o qual apoiou-me, orientou-me, supriu as minhas ausências e sem o seu apoio e cuidado jamais teria condições de realizar o meu sonho, aos meus filhos Joao Marcelo e Pedro Augusto, que suportaram e souberam entender as minhas ausências, os quais foram eles um motivo à mais a fortalecer-me pela busca por dias melhores.

Aos meus pais Aurea e Joao Candido que ensinaram-me que o “conhecimento” é o maior “tesouro” que o homem possa ter, pois quanto mais doamos mais tornamo-nos forte.

AGRADECIMENTOS

Acredito que este é um dos itens que mais nos preocupa, uma vez que, para se concluir este trabalho várias pessoas participaram do processo, mas, aqui elencarei todos aqueles que não posso jamais esquecer, sabendo que, direta e indiretamente o universo precisou agir e trabalhar ao meu favor para que tudo fosse possível.

Primeiramente, agradeço à Deus que conduziu-me da melhor forma possível para concretização do meu sonho.

Em especial agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Olivier Vilpoux, que soube conduzir com grande eficácia, comprometimento e responsabilidade as orientações necessárias para a realização e conclusão deste trabalho.

Agradeço Instituto Cuiabano de Educação – ICE, nas pessoas do Diretor Acadêmico, Coordenadores, que deram total apoio durante o período do Mestrado, fator preponderante para a realização e conclusão do mesmo.

Aos meus mestres, Prof^a.Dra **Cleonice Alexandre**, Prof. Dr. Josemar, Prof. Dr. Heitor, Prof. Dra Maurinice, Prof. Dra Arlinda e Prof. Dra Maria Augusta, que souberam com eficácia repassar pontos que farão a diferença em minha vida profissional

Aos funcionários da UCDB, que sempre atendeu-nos com dedicação e carinho e aos demais que, direta e indiretamente nos auxiliaram, os meus sinceros agradecimentos .

A Empaer-MT, através do Diretor de Pesquisa – Eng. Agr. Almir Souza Ferro, do qual permitiu e deu suporte para que a pesquisa foi desenvolvida nas comunidades rurais assistidas pelo órgão de extensão, das quais foram elementos fundamentais para a realização e conclusão deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

As minha irmãs Ivanete e Aurizete que acolheu-me e deu-me suporte em Campo Grande.

A todos aqueles que direta e indiretamente fizeram parte de toda a minha rotina , os meus sinceros agradecimentos e que Deus ilumine a cada um.

RESUMO

A agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento da mesa do brasileiro. Ela pode ser definida como a forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção e/ou rentabilidade econômica, mas levam em consideração as necessidades e objetivos da família. Ao longo do tempo, a agricultura familiar passou por transformações consideráveis nas questões econômicas e políticas. Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar ocupa um grande espaço no mundo acadêmico e político brasileiro, onde é enfatizada nos discursos dos movimentos rurais, dos órgãos governamentais e por acadêmicos, principalmente os ligados ao estudo das ciências sociais. O objetivo da pesquisa é de analisar a pluriatividade na agricultura familiar tradicional de duas Comunidades tradicionais do Mato Grosso. As comunidades rurais, de Santa Helena e Carandazinho, são localizadas próximas a cidades e são constituídas por familiares advindas de gerações de agricultores tradicionais rurais. A pluriatividade na agricultura familiar não trata apenas da reprodução da mesma, mas do trabalho externo efetuado pelos produtores e com o qual obtêm uma renda extra. Os trabalhos extra-agrícolas realizados por alguns membros da família e o aproveitamento dos produtos através da produção caseira de doces, defumados e até mesmo de trabalhos artesanais realizados pelas esposas e filhos dos agricultores, têm duas funções sociais: complementar a renda da família e possibilitar o melhoramento da renda familiar e, conseqüentemente, a permanência das famílias na propriedade rural, dando continuidade as atividades agrícolas oriundas de agricultores tradicionais.

Palavras-Chave – Agricultura Familiar, Pluriatividade, Multifuncionalidade

ABSTRACT

Family farming is largely responsible for the supply of the Brazilian table. It can be defined as a form of productive organization in which the criteria used to guide decisions on the farm are not subordinated solely from the angle of production and / or economic profitability, but take into account the needs and goals of the family. Over time, the family farm has undergone considerable changes in economic and political issues. Currently, the discussion on the family farm occupies a large space in the academic world and Brazilian political, which is emphasized in the speeches of rural movements, government agencies and academics, especially those related to the study of social sciences. The objective of the research is to analyze the pluri family farming traditional two traditional communities in Mato Grosso. Rural communities, St Helena and Carandazinho are located near cities and consist of family coming from generations of traditional rural farmers. The pluri family farming is not just about playing the same, but the external work done by the producers and which get an extra income. Work off-farm work performed by some family members and utilization of products by producing homemade candy, smoked and even crafts made by the wives and children of farmers, have two social functions: complement family income and enable improvement of family income and hence the permanence of families on the farm, continuing agricultural activities derived from traditional farmers.

Keywords - Family Farming, Pluriactivity, multifunctionality

LISTA DE MAPAS

Mapa de Mato Grosso, com localização dos municípios e das comunidades pesquisadas.....	40
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONG - Organização Não-Governamental

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EMPAER-MT – Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GPT – Grupo Permanente de Trabalho – (Port. 1374 de 03.06.2003)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caraterísticas dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar em 2006.....	23
Tabela 2 – Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, entre 1980 e 2006.....	23
Tabela 3 – Pessoal ocupado na Agricultura Familiar segundo a variável FAO/INCRA – entre 1996 e 2006.....	24
Tabela 4 – Local de moradia dos proprietários dos lotes, nas comunidades visitadas.....	48
Tabela 5 – Percentagem dos filhos nas propriedades visitadas que moram com os pais.....	49
Tabela 6 – Locais de trabalho dos produtores entrevistados.....	49
Tabela 7 – Onde trabalham os filhos das famílias de agricultores entrevistados.....	50
Tabela 8- Estimativa da renda das famílias entrevistadas.....	51
Tabela 9- Distribuição percentual da renda familiar nas comunidades visitadas no Estado do Mato Grosso e no Brasil.....	52
Tabela 10-Grau de satisfação das pessoas entrevistadas, sobre o fato de morar no campo.....	55
Tabela 11- Indicação dos produtores que gostariam que os filhos continuassem o trabalho realizado na propriedade.....	56
Tabela 12- Renda extra dos produtores entrevistados e de seus filhos.....	57
Tabela 13 – Valor das rendas extras obtidas pelos produtores entrevistados e seus filhos.....	59
Tabela 14- Recebimento de bolsa família pelos produtores entrevistados.....	59
Tabela 15 – Área, em hectares, das principais culturas nas propriedades.....	60
Tabela 16 – Área, em hectares das principais culturas frutíferas nas propriedades visitadas.....	61
Tabela 17 – Número de animais, das principais criações, nas propriedades visitadas.....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Percentagem da produção de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar.....	25
Figura 2- Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar, patronal e de outros setores de atividades no PIB do Brasil entre 1996 e 2005.....	26
Figura 3 Área ocupada pelos agricultores familiares entrevistados.....	43
Figura 4 – Região de origem das famílias pesquisadas.....	44
Figura 5 –Tempo de permanência na região dos produtores entrevistados.....	45
Figura 6 – Tempo de permanência no lote dos produtores entrevistados.....	45
Figura 7- Idade correspondente ao marido e mulher pertencentes as comunidades pesquisadas e donos das propriedades entrevistadas.....	46
Figura 8- Perfil educacional das famílias entrevistadas nas comunidades pesquisadas.....	47
Figura 9- Motivo de permanência dos agricultores entrevistados na área rural.....	51
Figura 10- Frequência de ida na cidade das pessoas entrevistadas.....	53
Figura 11 – Motivo da ida na cidade para as pessoas entrevistadas.....	54
Figura 12 – Tipo de locomoção das pessoas entrevistadas para ir à cidade.....	55

SUMÁRIO

I-INTRODUÇÃO.....	13
II – REVISAO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1 – Definição do Termo Agricultura Familiar.....	16
2.1.2 – Importância da Agricultura Familiar.....	22
2.2 – PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR.....	26
2.2.1 – Definição de Pluriatividade.....	27
2.2.2 – Origem da Pluriatividade.....	28
2.2.3 – Importância da Pluriatividade.....	29
2.3 – RURALIDADE.....	31
2.4 – A MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	36
3- METODOLOGIA.....	40
3.1- Pesquisa de Campo.....	41
3.2- Variáveis pesquisadas.....	41
4- RESULTADOS E DISCUSSOES.....	43
4.1 – Caracterização das famílias entrevistadas.....	43
4.2 – Pluriatividade nas famílias entrevistadas.....	56
4.2.1 – Origem da renda.....	56
4.2.2 – Tipos de produção.....	59
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICOS.....	66
ANEXO	72

I. INTRODUÇÃO

Apesar da dificuldade em estabelecer uma definição conceitual da Agricultura Familiar, existe um consenso em torno da ideia de que ela é constituída da família que vive no meio rural e trabalha na agricultura utilizando essencialmente mão-de-obra familiar. No Brasil é possível encontrar uma grande diversidade de agricultores familiares, muitos deles que obedecem a denominações locais e regionais, como colonos, sitiantes, posseiros, moradores e até mesmo ribeirinhos, entre outras adotadas.

A agricultura familiar é uma forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente a rentabilidade econômica, mas levam em consideração as necessidades e objetivos da família. Essa noção se opõe ao modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho.

Ao longo do tempo, a agricultura familiar passou por fortes transformações econômicas e políticas. Hoje, a discussão sobre a agricultura familiar ocupa um grande espaço no mundo acadêmico e político brasileiro. Ela é citada de forma frequente nos discursos dos movimentos rurais, dos órgãos governamentais e por acadêmicos, especialmente ligados ao estudo das ciências sociais.

Além de ocupar um lugar de destaque no meio rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode negar que a agricultura familiar passou por modificações recentes. No contexto internacional, a dinâmica da agricultura no espaço rural esta cada vez mais condicionada por atividades não agrícolas desenvolvidas pelos membros da família. Um exemplo emblemático que pode ser citado no que se refere a mudança estrutural é a emergência e a necessidade da expansão das unidades familiares pluriativas, onde parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a dedicar-se a atividades não agrícolas, praticadas dentro e fora das propriedades rurais.

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura. Portanto, a pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura entre outras atividades realizadas dentro como fora da propriedade e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas. Essa pratica vem aumentando de forma gradativa, impulsionada pelas necessidades das famílias rurais buscarem alternativas

diante das dificuldades encontradas pelos agricultores em sustentarem suas famílias apenas com o trabalho realizado em suas propriedades.

Em consequência, a pluriatividade passou a ter um papel significativo para a agricultura familiar brasileira pela oportunidade de novas alternativas de aumento da renda familiar e a possibilidade de “novos horizontes” para a família do pequeno agricultor.

A partir do reconhecimento da importância das atividades não agrícolas na agricultura familiar, a pesquisa tem como objetivo de identificar a importância da pluriatividade na agricultura familiar do Centro-Oeste, mais especificamente do Mato Grosso. Além do objetivo principal, a pesquisa tem como objetivos específicos caracterizar as formas de atividades pluriativas realizadas dentro e fora da propriedade rural dos produtores familiares no Mato Grosso e avaliar o impacto da pluriatividade sobre a renda das famílias. Existe no Brasil grande quantidade de pesquisas voltadas para a agricultura familiar tradicional com tema ligado a pluriatividade, principalmente na região Sul. No entanto, não existe nenhum trabalho desta natureza para a região Centro-Oeste. O resultado da pesquisa poderá contribuir para as políticas públicas do Estado em relação à agricultura familiar. A pesquisa oferecerá uma visão holística da realidade do pequeno produtor, com subsídios para as políticas públicas.

A agricultura familiar tradicional mostra o seu potencial, em especial na diversificação da produção e nas alternativas para geração de renda. O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo.

No estado de Mato Grosso, segundo o Censo Agropecuário – IBGE (2006), o número de estabelecimentos da agricultura familiar atinge 86 mil, o que corresponde a 76% dos imóveis rurais do Estado. Eles ocupam 10% da área total, são responsáveis por 60% do pessoal ocupado no meio rural (215 mil pessoas) e respondem por 12% do Valor Bruto da Produção Agropecuária de Mato Grosso. A agricultura familiar responde por 89% da produção de café, 86% de mandioca e 72% de leite e de 30% da produção de suínos no Estado.

A pesquisa foi realizada nas comunidades de Santa Helena, localizada a 20 km do município de Rosário D'Oeste e Carandazinho, à 12 km do município de Poconé, no estado de Mato Grosso. Os municípios foram escolhidos em função da concentração de agricultores familiares.

Após a introdução é apresentada a revisão teórica dos conceitos que fundamentaram a pesquisa no âmbito da agricultura familiar e de sua importância no Brasil. Nesse capítulo são abordados os conceitos de Pluriatividade, Agricultura Familiar e Ruralidade. A revisão teórica é finalizada com o Item sobre a Multifuncionalidade, onde são apresentados os processos sociais em curso no meio rural com a busca não somente da produção de alimentos e fibras, mas da conservação dos recursos naturais e da agro-biodiversidade, a coesão sociocultural e a “construção-manutenção” da paisagem rural. O terceiro capítulo apresenta a metodologia de pesquisa, que descreve o que foi, como foi e quando foi realizada a pesquisa nas comunidades rurais selecionadas para esse estudo. Por fim, o quarto capítulo apresenta a análise dos resultados, seguido das considerações finais.

2. REVISAO BIBLIOGRAFICA

A revisão bibliográfica aborda a importância da participação da agricultura familiar no cenário nacional e os aspectos ligados a pluriatividade.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

Esse capítulo identifica a importância da agricultura familiar no cenário político e social, a partir das diferentes definições existentes e de seu papel no Brasil.

2.1.1. Definição do termo agricultura familiar

A agricultura familiar não é um termo novo, mas seu uso é relativamente recente, com ampla penetração em diversas áreas, como nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais. A agricultura familiar conheceu um reconhecimento oficial com a implantação pelo poder público de uma política federal específica, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (BRASIL, 1996). O PRONAF é um programa do Governo Federal criado para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e tem como objetivo garantir a segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar por meio de financiamentos a agricultores, as suas associações e cooperativas.

Para acessar ao PRONAF, os produtores devem ser proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários ou concessionários da Reforma Agrária, residir na propriedade ou em local próximo e deter um máximo de quatro módulos fiscais de terra¹, ou um máximo de seis no caso de pecuaristas familiares. Os produtores devem ter também 80% da renda bruta anual familiar proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento, sem considerar a renda advinda de aposentadoria e de outros benefícios sociais oriundos do Governo Federal, como o Programa bolsa família. Os produtores devem manter um máximo de dois empregados permanentes, sendo admitida eventualmente ajuda de terceiros (BRASIL, 1996).

No Brasil, a Lei 11.326/2006 (PRESIDENCIA DA REPUBLICA, 2006) se inspirou muito dos critérios do PRONAF e definiu o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural como alguém que pratica atividades no meio rural e atende aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;

¹ Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituído pela Lei n 6746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixado para cada município.

- II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- possui renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São também beneficiários desta Lei os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, desde que atendam simultaneamente os requisitos estabelecidos na referida Lei.

Para Schneider (2009), no Brasil o termo agricultura familiar esta passando por um processo de evolução e não possui uma definição estabelecida. Segundo o autor, existe uma nova visão da agricultura familiar como forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, na qual o trabalho é composto por explorações onde a família assume importância decisiva.

Lamarche (1993), denomina de agricultura familiar uma área de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família. Para Fernandes (2001), a agricultura familiar é um conceito bastante amplo, que abrange o campesinato. Para o autor (2001, p.29) “(...) o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar”.

Para Fernandes (2011), a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar pode ser classificada como camponesa. Esta última, de acordo com Chayanov, *apud* Alfatin (2003), tem como finalidade atender a satisfação das necessidades de consumo familiar, buscando o equilíbrio entre o trabalho e o consumo. Para o autor, a teoria da economia camponesa coloca a família como eixo central da produção na agricultura. Esta dá conta da gestão da propriedade e proporciona a força de trabalho para a produção (ALFATIN 2003).

A mão-de-obra é contratada apenas em situações de maiores necessidades de trabalho e conforme o número de pessoas na família aptas para a realização das tarefas produtivas. A produção e o consumo têm uma relação equilibrada, que busca garantir, em primeiro lugar, a segurança alimentar familiar. Na unidade camponesa privilegiam-se os valores de uso sobre os de troca. A relação com o mercado é vista como uma forma apenas de manter as estratégias de sobrevivência, pela obtenção de bens não produzidos na propriedade (ALFATIN, 2003).

Para Barros (2006), a agricultura brasileira é costumeiramente subdividida de acordo com as características socioeconômicas e tecnológicas. Ao longo do tempo procurou-se distinguir a agricultura de subsistência, também chamada de pequena agricultura, ou

agricultura de baixa renda, da agricultura comercial, ou empresarial. Recentemente, a dicotomia passou a caracterizar-se em termos de agricultura familiar e patronal.

Para Abramovay (1997, p.56) “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou de casamento”. Ainda para Abramovay (2000), a agricultura familiar é constituída de uma propriedade com menos de 100 hectares. Entram nessa categoria a agricultura de subsistência, a pequena produção e o campesinato. Carmo (1998) refere-se à agricultura familiar como uma organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam única e exclusivamente as necessidades da produção ou da rentabilidade econômica, mas consideram as necessidades e objetivos da família.

No caso do Brasil, Wanderley (1999, p. 52) enfatiza que o agricultor familiar, mesmo que evoluído e inserido no mercado, “(...) guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições de modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”. A autossuficiência econômica do campesinato permite que a sua unidade produtiva consiga sobreviver mesmo em condições difíceis.

Para Schneider (2003), na agricultura familiar pode ser observada a ligação entre a mão-de-obra familiar agrícola e não agrícola. Atividades não agrícolas são realizadas de forma complementar pelos membros da família que residem na propriedade rural. Essa convivência se deve frequentemente em função do pouco espaço para se produzir, como também das dificuldades de modernização tecnológica, o que vem comprometer a renda e obriga os membros dessas pequenas unidades familiares em buscar alternativas.

Para Bittencout e Bianchini (1996), os agricultores familiares são aqueles que têm na agricultura sua principal fonte de renda e onde a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento é desenvolvida por membros da família. O autor enfatiza que é permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando exigido pela atividade agrícola. Em caso da necessidade de contratação de força de trabalho externa à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado na propriedade rural.

Para Wanderley (2003), a agricultura familiar está frequentemente envolvida na contradição entre a pressão dos mercados e a necessidade de sobrevivência da família. Em situações diferentes de mercado e em função das condições regionais desenvolvem-se formas

de agricultura familiar distintas, em que a participação da família também apresenta gradações nas decisões de produção e no projeto familiar.

Para Abramovay (1992), a própria racionalidade da agricultura familiar não depende da família em si, mas da capacidade que a mesma tem de se adaptar e criar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se envolve. Nesse sentido, Servolin, *apud* Wanderley (1994), considera a predominância de agricultores familiares modernos como um fenômeno recente, sem qualquer vínculo ou herança do passado. Pelo contrário, Alfatin (2003) considera que as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam uma ruptura definitiva com formas anteriores. Pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

A diversidade apresentada pela agricultura familiar é uma característica que reflete as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos diferentes (LAMARCHE, 1993). A diversidade se expressa nas diferentes modalidades de trabalhadores rurais, seja o pequeno produtor, camponês, colono, morador ou outro.

A existência de diversas modalidades de agricultura familiar é também função da intervenção do Estado e das políticas de créditos. Wanderley (1995, p.57) admite que “há no Brasil modelos diversos de agricultura familiar, que se distinguem pelas oportunidades oferecidas aos agricultores e pela própria atuação diferenciada do Estado em cada região.”

A FAO e o INCRA (1996) definiram a agricultura familiar a partir de três características: a gerência da propriedade rural, que deve ser feita pela família; o trabalho, que deve ser desempenhado na sua maior parte pela família; e os fatores de produção que devem pertencer à família (exceção, às vezes, da terra) e serem passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. A agricultura familiar não pode ser pensada apenas como uma categoria produzida pelas políticas públicas, especialmente a partir da criação do PRONAF (WANDERLEY, 2003). Para o autor a agricultura familiar se insere numa perspectiva evolutiva de continuidade e ruptura das formas tradicionais de produção. A modernização da produção familiar representa a ruptura, e as questões culturais, os costumes e as tradições representam a continuidade

Para Piran (2001), os agricultores familiares sempre procuraram organizar a sua produção para o mercado, pois necessitavam de excedentes para pagar suas terras e complementar à manutenção familiar. Esses recursos eram conseguidos com a comercialização dos excedentes não consumidos pela família. A agricultura familiar, em

geral, desenvolveu sistemas complexos de produção, com a combinação de várias culturas, criações de animais e transformações primárias (BUAINAIM e ROMEIRO 2000).

Para Oliveira (2001), a lógica de funcionamento das explorações familiares, baseada na associação dos objetivos de produção, consumo e acumulação patrimonial, resulta num espaço de reprodução social em que as características de diversidade e integração de atividades produtivas vegetais e animais são realizadas através a ocupação da força de trabalho dos membros da família.

Para Schneider (2004), a mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução social dos agricultores familiares. Para o autor, este é a principal instituição que governa a produção e reprodução da agricultura familiar moderna. Ainda para o autor, o mercado e a mercantilização das relações sociais e do processo produtivo mudaram. Atualmente, a mercantilização é um processo social muito mais forte e intenso entre os agricultores familiares.

Sempre de acordo com Schneider (2004), a mercantilização se expressa através da subjugação do agricultor familiar ao mercado, através da internalização e da cientificação da produção agrícola e dos diferentes circuitos mercantis em que os agricultores estão inseridos. A mercantilização do consumo é a situação em que o agricultor familiar deixa de produzir os seus alimentos em sua unidade familiar e passa a adquiri-los nos mercados, com os quais possui contatos. Segundo Madsen, *apud* Schneider (2003), hoje não se mercantiliza apenas a produção agrícola e as demais mercadorias no processo de troca, se mercantiliza também a força de trabalho, a paisagem rural, o meio ambiente e os agro ecossistemas.

A mercantilização é o processo pelo qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado através da externalização² dos elementos ou das etapas que integram o processo de produção (VAN DER PLOEG, *apud* SCHNEIDER, 2004). A externalização se refere à dependência do agricultor em relação a fatores externos à propriedade para que ele possa iniciar um novo ciclo produtivo.

Para Van Der Ploeg, *apud* Schneider (2004), a modernização da agricultura passa por um número crescente de tarefas separadas do processo de trabalho agrícola e assumidas por organismos externos. O trabalho agrícola também é mercantilizado, pois o incremento da

² Segundo Van Der Ploeg (1992, p. 78) “(...) a externalização de tarefa e da produção implica um aumento das relações de intercâmbio, dos objetos de trabalho, dos instrumentos. Progressivamente, o trabalho também entra no processo de produção de mercadorias e assim alcança simultaneamente um valor de uso e um valor de câmbio. Deste modo, às relações mercantis penetram até o centro do processo produtivo e começam a mercantilizar o processo de trabalho (...)”.

externalização através de novas tecnologias permite que o trabalho agrícola aumente em termos de produtividade, com a diminuição do tempo de trabalho em determinados processos de produção.

Van Der Ploeg, *apud* Schneider (2004), afirma que a externalização de uma parte do processo de produção e a reprodução do agricultor passam pela crescente incorporação das relações de preços e de mercado como princípios reguladores, reduzindo o papel relevante e a autonomia funcional do agricultor familiar. Para o autor, a mercantilização dos elementos usados dentro do processo de trabalho, como também na prescrição externa de tarefas da unidade de produção, se tornam características fundamentais.

Para Abramovay (1992), a unidade de produção familiar camponesa não é subordinada ao capitalismo em termos socioeconômicos, pois a capacidade de sobrevivência das sociedades camponesas em espaços capitalistas é extremamente precária. Para o autor, o desenvolvimento capitalista mina as bases do campesinato, pois ocorre um conflito entre racionalidade fundamentalmente econômica e modo de vida camponês. As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico mercantil e os mecanismos de preço se confrontam com o caráter camponês de organização social (COSTA, 1995).

Para Ambramovay (1982, p.22) “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Apesar do caráter familiar, o autor considera que há uma distinção conceitual, cuja origem se apresenta nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada tipo de agricultura.

Diferentemente da empresa capitalista, que tem por base o trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução familiar (ALFATIN, 2003). A decisão sobre o aumento da quantidade de trabalho necessária para a expansão de determinada atividade, considera o bem-estar da família, antes da lucratividade.

Chayanov, *apud* Alfatin (2003), não nega o interesse da família agrícola em obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse está subordinado à satisfação da família. Para o autor, isso ocorre por não haver a separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e de sua família. Outro aspecto essencial na compreensão do camponês tradicional é seu sistema produtivo do tipo policultura-pecuária, em que a diversificação de culturas configura-se como parte da

estratégia adotada pela família camponesa, que através da criação de animais visa a fertilização dos solos e melhoria na produtividade de cultivos (ALFATIN, 2003)

Para Mendras (1978), o camponês passou do simples homem dedicado a frutificar a terra para seu consumo, para um produtor que consegue desenvolver várias atividades, inclusive atividades não agrícolas, numa prática definida como pluriatividade, que oferece a possibilidade aos produtores de incrementar a renda.

Portanto, a agricultura familiar é o agricultor que sobrevive da terra, extrai da natureza sua sobrevivência e respeita essa natureza, o que lhe possibilita criar novas alternativas para melhorar suas condições de vida e continuar no campo, produzindo de forma diferenciada, reinventando e criando alternativas que lhes possibilitem permanecer no meio rural com dignidade.

2.1.2 – Importância da agricultura familiar para o Brasil

Para Carneiro (2009), a agricultura familiar é valorizada como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, que resulta na fixação de parte da população no campo.

A diversidade de definições para a agricultura familiar, conforme abordadas no Item 2.1.1, reflete em suas múltiplas funções na dinâmica econômico-social dos territórios, funções que já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista (ALFATIN, 2003). Para a autora, a primeira contribuição da agricultura familiar diz respeito ao seu papel original de garantir a segurança alimentar. Essa função deve ser observada por duas dimensões, a produção agrícola e a capacidade de fornecer volumes de alimentos.

O universo da agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas (INCRA/FAO, 2000). A partir dessa visão, o apoio produtivo à agricultura familiar é visto como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar.

A importância social, política e institucional da agricultura familiar pode ser observada através da importância de sua contribuição para a alimentação do país (SCHNEIDER, 2007). O Censo Agropecuário do IBGE 2006 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA), identificou um total de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representavam 84,4% dos estabelecimentos brasileiros (Tabela 1). Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas agropecuários brasileiros.

Tabela 1 – Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar, em 2006.

Características	Agricultura familiar		Agric. não- familiar	
	Valor	%	Valor	%
Numero de estabelecimentos	4.367.902	84,0	807.587	16,0
Área (milhões ha)	80,3	24,0	249,7	76,0
Mão-de-obra (milhões pessoas)	12,3	74,0	4,2	26,0
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38,0	80,5	66,0

Fonte: NEAD (2011)

Conforme dados do NEAD (2011), o Brasil possuía em 2006 uma estrutura agrária concentrada. Apesar dos estabelecimentos familiares representarem 84,0 % do total dos estabelecimentos e 74,0 % das pessoas ocupados na agricultura, conforme demonstrado na Tabela 1, eles ocupavam somente 24,0 % da área. Nesse mesmo ano, a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,4 hectares, enquanto a dos produtores não familiares era de 309 hectares.

Há um aspecto importante sobre os produtores ocupados nos estabelecimentos. Entre os ocupados da agricultura familiar, 909 mil possuíam menos de 14 anos de idade, sendo 507 mil homens e 402 mil mulheres.

Os dados da Tabela 2 indicam a tendência de queda no pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários no Brasil à partir de 1985. Entre este período e 2006 foram eliminados aproximadamente 6,8 milhões de postos de trabalhos, ou 29% do total. A diferença entre os censos de 1996 e de 2006 foi de uma diminuição de 1.363.346 pessoas, o que representa uma queda de 7,6%.

Tabela 2 – Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, entre 1980 e 2006.

	1980	1985	1996	2006
Pessoas ocupadas	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.567.544

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2006).

Os dados do Censo 2006 revelam que a agricultura familiar era a principal geradora de postos de trabalho na agricultura, o que correspondia a pouco mais de 13 milhões de pessoas, ou 79% do total (IBGE, 2006). Entre 1996 e 2006 os censos do IBGE indicam que houve uma leve redução do numero de postos de trabalho nos estabelecimentos familiares (5,3%), o

que representa uma queda proporcionalmente menor que a observada na agricultura patronal. Embora exista uma tendência de redução no número de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira, a agricultura familiar foi capaz de reter proporcionalmente um maior número de ocupações que a agricultura não familiar.

Os dados da Tabela 3 indicam queda na população ocupada em estabelecimentos familiares em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. A proporção da população da agricultura familiar em relação à população agrícola total cresceu em todas as regiões, na exceção das regiões Sul e Sudeste.

Tabela 3 - Pessoal ocupado na agricultura familiar segundo a variável FAO/INCRA, entre 1996 e 2006.

Região	Pessoal Ocupado (total)		Agric.am/Total %	
	1995/96	2006	1995/96	2006
Norte	1.542.577	1.456.344	82,2	88,06
Nordeste	6.809.420	6.716.762	82,9	87,2
Sudeste	2.036.990	1.871.374	59,2	57,0
Sul	2.839.972	2.413.457	83,9	82,6
Centro-Oeste	551.242	590.918	54,1	58,5
Brasil	13.780.201	13.048.855	76,9	78,8

Fonte: FAO/INCRA –Censo Agropecuário IBGE (2006).

Em 2006 existiam em média 5,0 pessoas ocupadas a cada 100 ha de área total no país. No entanto, nos estabelecimentos familiares, esta média subia para 15,4 pessoas e nos não familiares ela alcançava apenas uma média de 1,7 pessoas. A partir desses dados é possível constatar que o número de pessoas ocupadas por área de estabelecimentos familiares foi aproximadamente 9 vezes maior que nos estabelecimentos não familiares (NEAD, 2011).

Quando se considera apenas a área aproveitável³ para lavoura e para a pecuária, a média nacional em 2006 se elevava para 6,2 pessoas ocupadas a cada 100 ha. Nesse caso, a média dos estabelecimentos familiares chegava a 17,9 pessoas e a dos estabelecimentos não familiares a 2,1 pessoas (NEAD, 2011).

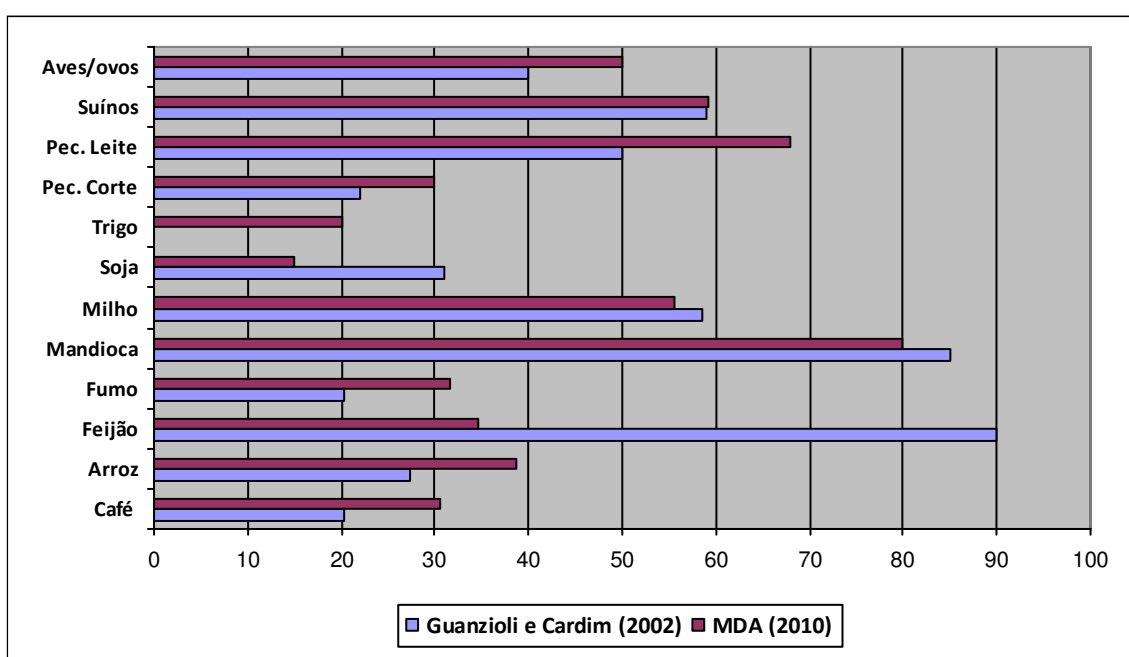
Dos 80,25 milhões de hectares ocupados em 2006 pela agricultura familiar no Brasil, 45% eram destinados a pastagens, enquanto a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupava 28,0% do total. Destaca-se a área de matas destinadas à preservação

³ Considera-se área aproveitável a área total declarada menos as áreas com construções, benfeitorias ou caminhos, matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e as áreas inaproveitáveis para agricultura ou pecuário (pântanos, areais, pedreiras, etc.)

permanente, ou reserva legal, que correspondia a 10,0% da média dos estabelecimentos familiares em 2006 (NEAD, 2011).

Apesar da área menor de lavouras e pastagens da agricultura familiar em relação à agricultura patronal, esta primeira era responsável, em 2006, por garantir boa parte da segurança alimentar do País (NEAD, 2011). Para Toscano (2003), cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse modelo de produção rural e praticamente 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares.

Os dados apresentados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006 apontam que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34% de arroz, 58% de leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja, com 16% (NEAD, 2011).



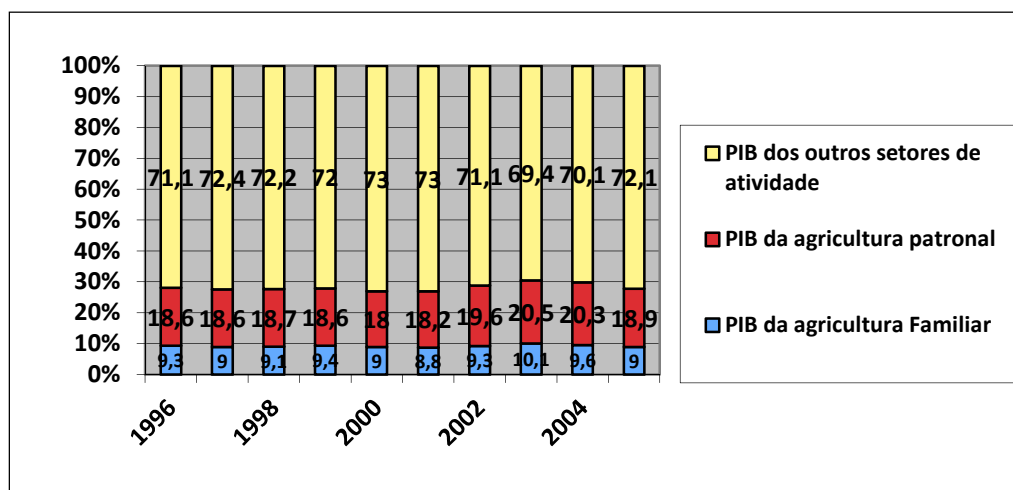
Fonte: Guanzioli e Cardim (2002) e MDA (2010), *apud* Vilpoux e OLIVEIRA (2011).

Figura 1 – Percentagem da produção de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar.

Para Gualda (2006), o modelo patronal, ou agroexportador, volta-se de forma prioritária para a produção em grande escala, visando a expansão da produção. Esse modelo apresenta ganhos crescentes em produtividade.

Os dados da Figura 1 reforçam a importância da agricultura familiar para a alimentação da população, mas evidenciam a forte presença desse tipo de produtores em

produções também não alimentares, como o fumo, ou em produtos típicos de exportação, como café, suínos e aves (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011). Essa informação relativiza a separação entre uma agricultura familiar focalizada para a segurança alimentar nacional e uma agricultura patronal focalizada na exportação de *commodities*.



Fonte: NEAD (2011).

Figura 2 – Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar, patronal e de outros setores de atividade no PIB do Brasil, entre 1996 e 2005.

Vilpoux e Oliveira (2011) não minimizam a importância da agricultura familiar, mas relativizam a distinção entre a agricultura patronal, focalizada na exportação, e a familiar, centralizada no fortalecimento de alimentos para a população brasileira. Para os autores a agricultura familiar ocupa lugar de destaque nas produções de aves, suínos, fumo, grandes produtos de exportação, no entanto, é minoritária na produção de arroz, alimentos de base do brasileiro.

2.2 – PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR

A noção de pluriatividade tem sido usada com grande frequência pelos pesquisadores para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. A diminuição do peso das atividades agrícolas no emprego e na composição da renda das pessoas e famílias que residem no meio rural, favoreceu o crescimento de empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas, fenômeno identificado como pluriatividade e agricultura de tempo parcial.

2.2.1 – Definição da pluriatividade

Até meados da década de 1980, os termos “part-time farming” (agricultura em tempo parcial) e “pluriactivité” (pluriatividade) eram utilizados como sinônimos pelos cientistas sociais (SCHNEIDER, 2003). Para o autor, até este momento a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo termo mais ligado à tradição acadêmica francesa (SCHNEIDER, 2003).

A principal controvérsia em relação ao termo “part-time farming” refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção “*pluriactivité*” refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma família (SCHNEIDER, 2003). No primeiro caso, é preciso estabelecer necessariamente como contraponto a noção de “full time” (tempo integral), utilizando-se como critério de diferenciação um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. A segunda expressão contém sua oposição na ideia de “*monoactivité*”, que se refere à forma de desempenho de uma atividade que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a ideia de que o indivíduo, ou família, ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade (SCHNEIDER, 2003).

Para Schneider (2003), essas noções incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar na década de 1970 e corresponde à diversificação profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores. Para Fuller e Brun (1990), a pluriatividade procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Ela se preocupa com a reprodução social, a participação no mercado de trabalho rural, a terra e as questões agrícolas. Ainda para os autores, a pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante.

Para Fuller, *apud* Schneider (2006), a noção de pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural. Para o autor, a pluriatividade serve para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar empregos, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor plurifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição a preservação ambiental e a

dinamização do espaço rural. Schneider (2004) explica que a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura.

A pluriatividade é um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais especificamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003).

A produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo na vida das famílias, com queda da proporção da renda oriunda da agricultura. Em consequência, é possível observar o crescimento da importância das rendas não agrícolas (SCHNEIDER, 2003). Segundo o autor, a pluriatividade das famílias rurais não significa necessariamente o detrimento das atividades agrícolas, principalmente com a adoção de novas tecnologias, que cedem espaço para novas formas de organização, com menor necessidade de mão de obra.

Schneider (2003, p. 85), citando Fuller (1990), escreve que “a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades exclusivamente agrícolas. No entanto, as propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar”.

A pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, com resultados que proporcionam diferentes tipos de remuneração e receitas para a renda familiar do pequeno agricultor (SCHNEIDER, 2003). É vista como uma diversificação, como uma multiplicação das estratégias de produção utilizadas pelos agricultores. Consiste no recurso a atividades desenvolvidas pelos membros da família a partir do assalariamento urbano, seja na transformação industrial, ou com o uso da força de trabalho para outras propriedades rurais (ALENTEJANO, 1999).

2.2.2 – Origem da pluriatividade

Carneiro (1992) indica a existência de formas diversificadas de trabalhos associados à agricultura familiar, ao longo dos séculos. Para o autor, até os anos 50 a reprodução da força de trabalho era garantida localmente por uma racionalidade que não contrariava os valores e a dinâmica da sociedade camponesa. A partir desse período, o trabalho operário surgiu como uma alternativa a atividade agrícola, impondo outra forma de trabalho.

Uma nova lógica de reprodução social começou a aparecer nas unidades produtivas familiares, onde, para a manutenção da família, o trabalho fora da exploração se tornou o mais importante. De forma gradativa, a atividade agrícola assumiu um caráter acessório para uma camada cada vez maior de pequenos proprietários. Falar em agricultura familiar pluriativa requer incorporar a complexidade das relações sociais que definem e redefinem a família. Torna-se necessário privilegiar a família como unidade social, e não apenas como unidade de produção (CARNEIRO, 1999).

A partir da década de 1990, no período de plena expansão da globalização da economia, o desenvolvimento agrário no Brasil ganhou novos contornos dos pontos de vista social e produtivo (GRAZIANO, 1996). O autor introduziu o termo de “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas. Nesse período surgiu uma nova realidade no espaço rural, num processo que não foi simultâneo e homogêneo em todo o território brasileiro. A partir desse momento, a renda das famílias que habitam a área rural passou a não estar mais exclusivamente relacionada à atividade agrícola (RUBELO, 2011).

O processo de modificação das relações de trabalho e dos processos produtivos intensificou-se a partir de meado da década de 1970. Os reflexos imediatos foram a redução da mão-de-obra familiar e um aumento intensivo da modernização tecnológica da agricultura, mediante a crescente incorporação dos insumos modernos (RUBELO, 2011).

Para Alentejano (1999), a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de diversas atividades, de modo que se possa aproveitar melhor o tempo e a capacidade produtiva do trabalho disponível na unidade familiar. Segundo o autor, a pluriatividade permite que através do caráter familiar da unidade agrícola, parte dos membros se ocupe de atividades exclusivamente agrícolas e a outra parte de atividades não-agrícolas, de forma que a unidade familiar como um todo seja caracterizada como pluriativa.

2.2.3 – Importância da pluriatividade

Para Maia (2009), numa abordagem marxista, a presença da globalização na agricultura pode se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo formas de produção e de relação num processo que agrega a realização de várias atividades. Ainda para o autor, a percepção de adaptabilidade do agricultor familiar ao capitalismo globalizante e da possibilidade de se adequar à lógica do capital se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas.

A concepção de pluriatividade, entendida como a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas por membros de uma mesma unidade familiar, seria uma tendência, e se manifesta com o “transbordamento do urbano sobre o rural” (MAIA, *apud* SILVA, 2003). A pluriatividade é responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo a originária de famílias de pequenos agricultores.

A pluriatividade pode ser considerada como uma prática que não é estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas e que atua, portanto, muito mais como mecanismo de manutenção e dinamização da atividade agrícola, ou das famílias, do que como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola (SCHNEIDER, 2005).

Para Del Grossi e Silva (2002), a pluriatividade exerce influencia na estruturação do trabalho das propriedades rurais, assim como na alocação de recursos econômicos, impondo novas dinâmicas organizativas. Para os autores, esta nova forma organizacional é advinda de uma possibilidade maior de retorno econômico, em função da realização de atividades não agrícolas em detrimento das atividades agrícolas. Passa a ser um fator relevante para as famílias conseguirem complementar sua renda familiar.

A pluriatividade deve ser entendida com um novo desafio imposto nos anos recentes às Ciências Sociais, particularmente a Sociologia (FULLER, 1990). Ela é um fenômeno através do qual os membros das famílias de agricultores que residem no meio rural realizam diferentes atividades, entre as quais as não-agrícolas, mantêm suas residências no campo e conservam uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2009).

Ainda para Schneider (2009), a pluriatividade é decorrente de fatores exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola. Ela é uma pratica que depende da escolha dos indivíduos que fazem parte da família do pequeno agricultor. Para tanto, depende da oferta (exógeno) do mercado para estimular os membros da família e tornar a pluriatividade uma oportunidade de melhoria da renda familiar.

A pluriatividade é vista como uma alternativa de forma a proporcionar mudança e facilitar a adaptação à realidade do agricultor rural. Ela minimiza os riscos, maximiza as oportunidades e facilita a construção familiar e a permanência na terra (FULLER, 1990). A agricultura familiar assumiu um espaço de destaque nacional. Ela tem provocado no Brasil a emergência de um debate sobre os processos de desenvolvimento rural sustentável (SCHNEIDER, 2007). Para o autor, torna-se necessário incentivar o governo a ter um “novo olhar” sobre agricultura familiar, incentivar as políticas públicas, através de seus agentes, com

a condução de projetos que estimulem e contribuam para a conscientização do processo produtivo.

Para Schneider (2007), a pluriatividade pressupõe a combinação de duas ou mais atividades desenvolvidas pelos membros que compõem a família do pequeno agricultor, sendo uma delas a prática da atividade agrícola, na unidade de produção. A interação entre as atividades desenvolvidas, ou seja, as atividades agrícolas e não-agrícolas, tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações existentes entre os agricultores e os meios ambiente e social (SCHNEIDER, 2007).

Por meio da pluriatividade, os agricultores familiares podem estabelecer iniciativas de diversificação de suas ocupações, aumentando as fontes e formas de acesso a renda. A pluriatividade possibilita a fixação desses agricultores no campo, com produção nas unidades de produção, evitando o êxodo rural (SCHNEIDER, 2007).

2.3 – RURALIDADE

No Brasil, de uma forma geral, o meio rural sempre foi referenciado como fonte de grandes problemas e fragilizado pelo isolamento e pela precariedade estrutural e social, em oposição à cidade, depositária do poder público e dos serviços e equipamentos. Para Wanderley (1999), mediante a crise do modelo de sociedade, “novos olhares” estão sendo lançados sobre o meio rural que, aos poucos, está sendo enxergado igualmente como “portador de soluções”. Desta forma, a ruralidade e o desenvolvimento sustentável, na perspectiva do desenvolvimento local, são temáticas já incorporadas, em grande medida, pela comunidade acadêmica, pelos movimentos sociais e pelos formuladores das políticas públicas, muito embora num ritmo lento em comparação aos países da União Europeia.

A partir da metade da década de 90, as pesquisas realizadas a respeito da questão rural-urbano se destacaram especialmente na Sociologia e na Economia e, recentemente, na Geografia. Girardi (2008) encontrou distintas interpretações da questão rural-urbano, em que certos temas recentes exigem novas reflexões. Entre os temas mais debatidos em relação às novas características do campo são a intensificação da pluriatividade, o aumento das atividades não-agrícolas em áreas rurais, a mecanização crescente da atividade agropecuária, o agronegócio e os movimentos socioterritoriais no campo. Para o autor, a questão agrária e outros problemas nacionais possuem relação direta com a compreensão e as ações sobre o rural e o urbano. Entre os problemas relacionados é possível citar o êxodo rural, a favelização,

a extrema pobreza, o problema habitacional, a implosão das cidades e principalmente as dificuldades encontradas na geração de empregos.

Para Alentejano (2003), *apud* Girard (2008), as transformações recentes do mundo rural e da relação rural-urbano têm incentivado estudiosos a construir teorias e conceitos para explicar essa nova realidade. Por essa razão, o autor menciona diversas teorias que surgiram de forma que alguns pesquisadores chegaram a decretar o fim do rural. Outros, porém, admitem o seu “renascimento” ou então, em uma via integradora, optam por uma análise que considera a leitura regional mais eficiente que a dicotomia urbano-rural.

Existem no Brasil 34 milhões de pessoas que vivem no meio rural, o que corresponde a 21,6% da população (WANDERLEY, 2003). Para o autor, o meio rural é entendido como um espaço de relações sociais específicas, que se constrói, se reproduz e forma um espaço singular de vida.

Para Wanderley (2001), compreender esse espaço necessita considerar sua dinâmica social interna, que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e as formas de sua inserção em uma dinâmica social “externa”. Para o autor, o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, ao nível da vida cotidiana e do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, que são os nascimentos, casamentos e mortes, mas também no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa.

Atualmente, a sociedade brasileira possui um “novo olhar” sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de grandes problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc. O meio rural é cada vez mais percebido também como portador de “soluções”. É percebido como oferecendo alternativas para o problema de emprego, reivindicação pela terra, com a possibilidade de melhoria da qualidade de vida (WANDERLEY, 2001).

Wanderley (2001) enfatiza que a ruralidade, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento local são atualmente temas em debate na comunidade acadêmica brasileira. Para a autora, o mundo rural é um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais e se move em um espaço específico, entendido enquanto um espaço físico diferenciado.

Para Marques (2002, *apud* GIRARD, 2008) existiriam atualmente duas grandes abordagens sobre as definições de campo e cidade: a dicotômica e o *continuum*. Na abordagem dicotômica o campo se opõe a cidade; já na abordagem do *continuum* a industrialização é um elemento que aproxima o campo da realidade urbana.

Marques (2002, *apud* GIRARDI, 2008) sintetiza os elementos que contribuíam para classificar o rural e o urbano: (1) diferenças ocupacionais, ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração.

Para Marques (2002, *apud* GIRARD 2008), a abordagem do *continuum* admite maior integração entre cidade e campo através de diferenças de intensidade e não de contraste. Portanto, não existiria uma distinção nítida entre os dois, porém existem também pontos extremos opostos numa escala de gradação.

Para Wanderlei (2001), o conceito de *continuum* é utilizado em duas vertentes. A primeira é centrada no urbano, sendo este meio fonte de progresso, enquanto o polo rural seria a expressão do atraso, estando fadada à redução pela expansão do urbano. Ainda para o autor, juntamente com a teoria da urbanização do campo, esta visão do *continuum* traduziria o fim da realidade rural. A segunda vertente do *continuum* seria aquela que aproxima rural-urbano, pois mesmo com a aproximação as peculiaridades não desaparecem: aqui é reafirmada a existência do rural.

Na primeira vertente do *continuum*, Wanderley (2001, p.01) enfatiza que “ele só pode ser entendido com um *continuum* do urbano”, pois o meio rural teria se urbanizado devido à industrialização da agricultura e ao transbordamento do mundo urbano. Portanto, a pluriatividade é uma das bases de Graziano (1997) para defesa da urbanização do campo. Para o autor, este fenômeno seria caracterizado pelo desenvolvimento de atividades não-agrícolas pelos agricultores.

Para Graziano (1999), o meio rural brasileiro já não pode ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindústrias, pois ganhou novas funções. O aparecimento e a expansão de “novas” atividades rurais-agrícolas e não-agrícolas, altamente intensivas e de pequenas escala, tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais ser chamados de agricultores, ou mesmo de pecuaristas e que, na maioria das vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros que compõem a família está ocupada com outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

Ainda sobre a abordagem do *continuum*, Siqueira e Osório (2001), *apud* Girard (2008), afirmam que o conceito deve ser utilizado com ponderação, uma vez que esta

concepção entre rural-urbano pode ser adequada para o campo, levando em consideração países desenvolvidos e algumas regiões de países subdesenvolvidos. Contudo, esse conceito não deve ser generalizado. O autor ressalta que os argumentos de Graziano não são necessariamente desqualificáveis, porém não são aplicáveis a todo o Brasil, somente a algumas áreas rurais próximas aos grandes centros metropolitanos.

Uma redefinição de ruralidade é necessária, pois reivindica profundas revisões nas políticas oficiais, assumindo-se a necessidade de um novo conceito de planejamento territorial e descentralizado, contrapondo-se ao atual e predominante planejamento setorial e centralizado (PERICO e RIBEIRO, 2005). Para os autores, a redefinição do rural passa a ser uma inovação em termos políticos, ao propor que a autonomia dos territórios rurais e sua própria capacidade de auto institucionalização fundamentam nova forma de gestão do desenvolvimento.

Para Veiga (2003), urbano e rural são ideias territoriais, ou seja, espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados, uma vez que os mais urbanos correspondem ao máximo de “artificialização ecossistêmica”.

O meio ambiente, independentemente de uma política voltada para o rural ou o urbano, é uma variável que estabelece a maior ou menor qualidade de vida, determinando, em última instância, a própria sobrevivência das futuras gerações (VERDE, 2004). Para a autora, do ponto de vista conservacionista, no espaço rural o meio ambiente relaciona-se diretamente com a produção, que exige uma exploração criteriosa.

A dimensão ambiental participa na definição dos espaços rurais por meio das especificidades da produção agropecuária e das novas funções que o espaço rural oferece a partir do ambiente, como as reservas ecológicas e as ocupações não agrícolas (VERDE, 2004). Para a autora, a variável população é fundamental na discussão do rural, na medida em que os “vazios” são fenômenos palpáveis para qualquer comparação entre os espaços urbanos e os espaços rurais. Assim, entre as análises do rural, as variáveis populacionais, como número total de habitantes e densidade demográfica, estão presentes, o que explica a natureza da atividade produtiva rural.

O tamanho da população de um município é um indicador utilizado para separar o urbano do rural. Pode-se dizer que há um certo entendimento entre pesquisadores em considerar rurais os municípios com menos de 20 mil habitantes (VERDE, 2004). Para a autora, adotar apenas esse critério não é suficiente, pois levaria ao erro de se considerarem

rurais municípios com até 20 mil habitantes, mas densamente povoados, como é o caso de vários municípios em áreas metropolitanas.

A dimensão demográfica deve ser considerada no reconhecimento dos espaços rurais, pois ela reflete uma realidade particular cuja determinação se encontra na natureza das atividades, na cultura e na relação diferenciada com a natureza (VERDE, 2004). Nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles⁴.

Segundo o Censo Demográfico IBGE (2002, p.66), “ rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados”. Essa delimitação baseia-se na definição administrativa de distrito e de perímetro urbano (“linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal”) e é utilizada para classificar os domicílios pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os setores censitários receberam, além da classificação legal de urbano e rural, outras classificações que indicam as características físicas. Cada setor foi então classificado segundo os Manuais de Delimitação de Setores, em 8 situações:

- **Situação urbana** – é a área interna ao perímetro urbano legal: considerando-se as áreas urbanizadas (1) ou não (2), correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas (3).
- **Situação Rural** – área externa ao perímetro urbano, abrangendo inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana (4), os aglomerados rurais isolados – povoados (5), os aglomerados rurais isolados – os núcleos (6), os aglomerados rurais isolados – outros aglomerados (7) e zona rural exclusive aglomerado rural (8) (CENSO DEMOGRAFICO IBGE, 2010).

O rural como objeto empírico de estudo surgiu como tema de investigação científica nos Estados Unidos no final do século XIX, associado aos problemas agrários advindos do pós-guerra Civil. Neste período, as organizações de agricultores americanos buscaram apoio federal para resolver problemas econômicos das zonas rurais, devido as péssimas condições em que se encontravam os agricultores rurais (BLUME, 2000).

⁴ Extensa região urbanizada, pluri-polarizada por metrópoles, com um processo de crescimento exagerado de uma cidade que abrange outras a seu redor.

Newby (1981) afirma que é possível identificar o rural como uma realidade, com características próprias e isoladas que a princípio se contrapõem à realidade urbana. Essa abordagem leva ao principal fundamento do enfoque dicotômico em que a comunidade rural é identificada por determinadas características como coesão, aspectos emocionais, profundidade, continuidade e conservadorismo.

A questão da ruralidade não é algo recente, assim como os problemas econômicos enfrentados pelos agricultores. Blume (2000) evidenciou algumas diferenças empíricas marcantes entre rural e urbano:

1. *Ocupacional*: no rural, as pessoas se ocupam desde jovens com um único tipo de atividade, a coleta e o cultivo. Para o autor, as práticas ocupacionais são definidas entre os jovens e continuam quando mais velhos;
2. *Ambiental*: os rurais são diretamente influenciados pelo contato com a natureza e pelas condições climáticas. A natureza age de forma direta nas práticas agrícolas;
3. *Tamanho das comunidades*: existe uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e as pessoas ocupadas na agricultura;
4. *Diferença na densidade populacional*: a densidade populacional no mundo rural é menor que em meio urbano devido ao espaço ocupado pelas culturas;
5. *Diferença na homogeneidade e heterogeneidade da população*: os habitantes do mundo rural tendem a adquirir características semelhantes por se envolverem nas mesmas funções. As populações rurais são mais homogêneas, pois não sofrem os problemas de uma intensiva divisão do trabalho;
6. *Diferença na mobilidade social*: baixa mobilidade no território rural, com os filhos que seguem a ocupação dos pais

2.4 - A MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

O debate sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar não é novo. Na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, os governos reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável (SOARES, 2000). Em março de 1998, a OCDE⁵, organização que reúne os países mais ricos, declarou que “além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da

⁵ OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

biodiversidade e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais” (SOARES, 2000, p. 41). Para o autor, a agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionais ao seu papel primário de produção de fibra e alimentos.

Para Gavioli (2009), a ideia de território emergiu no cenário econômico e político no decorrer da última década e apareceu como recorte privilegiado para o estudo e para a elaboração de política e programas voltados para o desenvolvimento rural. Concomitante a este fenômeno, se observou o florescimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. Ainda que concebida primeiramente no contexto europeu, sobretudo francês, a noção de multifuncionalidade da agricultura permite analisar os processos sociais em curso no meio rural por uma ótica diferenciada que não somente a produção de alimentos e fibras, tais como a conservação dos recursos naturais e a agro-biodiversidade, a coesão sociocultural em determinado território, a “construção-manutenção” da paisagem rural. Para Gavioli, o enfoque da multifuncionalidade permite a valorização e a promoção das funções socioambientais desempenhadas pela agricultura familiar.

Para Sabourin (2008), *apud* Gavioli (2009), tanto o recorte territorial quanto o enfoque da multifuncionalidade da agricultura se caracterizam pela perspectiva suprassetorial e multidimensional.

Para Aldington (1998), *apud* Soares (2001), o conceito de multifuncionalidade da agricultura e da terra é derivado do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Este último é resultado das reflexões da FAO⁶ e de outras instituições nas décadas de 1970 e 1980 a respeito da evolução da agricultura e sua relação com a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade.

Segundo Soares (2000), o conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável pode ser resumido como um desenvolvimento sustentável que conserva o solo, a água, os recursos genéticos vegetais e animais, não degrada o meio ambiente e é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável. Ainda para o autor, o conceito de multifuncionalidade visa a ampliar esta abordagem, através das seguintes funções:

- Ampliação do alcance, para incluir os serviços prestados pela agricultura para a sociedade em geral;
- Estabelece um marco para a valorização das compensações mútuas e sinergias entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra;
- Examina as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais em diferentes escalas;

⁶ FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

- Incorpora toda a gama mundial de situações, desde as sociedades predominantes rurais, onde a produção primária de alimentos e outras mercadorias é prioridade, até as nações altamente industrializadas, com uma pequena população rural e importância da produção primária igualmente modesta.

Soares (2000) define como funções chaves para a multifuncionalidade a contribuição à segurança alimentar e as funções ambiental, econômica e social. Os diferentes setores da agricultura desempenham cada uma destas funções de maneira distinta.

Para Santos (1999), a contribuição para a segurança alimentar exercida por uma comunidade de agricultores familiares, ou um assentamento de reforma agrária, é distinta da contribuição de uma grande propriedade patronal especializada no monocultivo de soja para o mercado externo.

Para Muller (2009), o atual modelo de desenvolvimento da agricultura, gestado no interior das sociedades industriais capitalistas e implementado no pós-guerra, foi norteado por uma racionalidade técnico-econômica. Para a autora, os processos de urbanização, industrialização e modernização ancorados neste modelo e no modo de produção capitalista foram concebidos como hegemônicos e inevitáveis, ou até mesmo necessários, em escala planetária.

Muller (2009) indica que ao privilegiar o crescimento econômico como mola propulsora, este modelo foi o responsável pela degradação ambiental, pelo êxodo rural e consequente inchaço dos centros urbanos e pela marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial. A partir deste quadro analítico, a maior parte das construções sociais sobre o rural, nos anos 60 nos países de capitalismo avançado e 80 no Brasil, apontava para um quadro crescente de desintegração e esvaziamento, o que acabaria culminando com o desaparecimento do rural (FERREIRA, *apud* MULLER, 2009).

Para Muller (2009), no contexto da União Europeia, especialmente na França, onde a noção da multifuncionalidade teve sua origem, o debate acadêmico foi incorporado na forma de políticas públicas. Para o autor, a origem da noção da multifuncionalidade agrícola estava na tentativa de chamar a atenção para o conhecimento de uma série de atribuições desempenhadas pela agricultura de forma gratuita à sociedade, uma vez que a validação social da agricultura é medida apenas pela sua capacidade de colocar mercadorias no mercado. As funções econômicas tradicionais da agricultura, relacionadas à produção de alimentos e à geração de empregos, são remuneradas pelo mercado e reguladas pelas políticas públicas convencionais (MULLER, 2009). Para o autor, as funções ambientais e territoriais

relacionadas aos recursos naturais, paisagem e desenvolvimento local, que implicam na renovação dos recursos naturais, recomposição das paisagens e ocupação territorial integrada à economia local, ficam de fora desta remuneração, “invisíveis aos olhos da sociedade” e desprovidas de incentivos públicos (JEAN, 1994, *apud* MULLER, 2009).

Para Soares (2001), a agricultura familiar brasileira cumpre múltiplas funções para a sociedade, indo muito além da mera produção primária. O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar significa que seu tratamento não pode ser unicamente comercial, ou de mercado, uma vez que a agricultura familiar fornece um conjunto de serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis, de elevado valor para a sociedade em geral. Os instrumentos de mercado não são suficientes para dar conta da complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar em seus diversos aspectos.

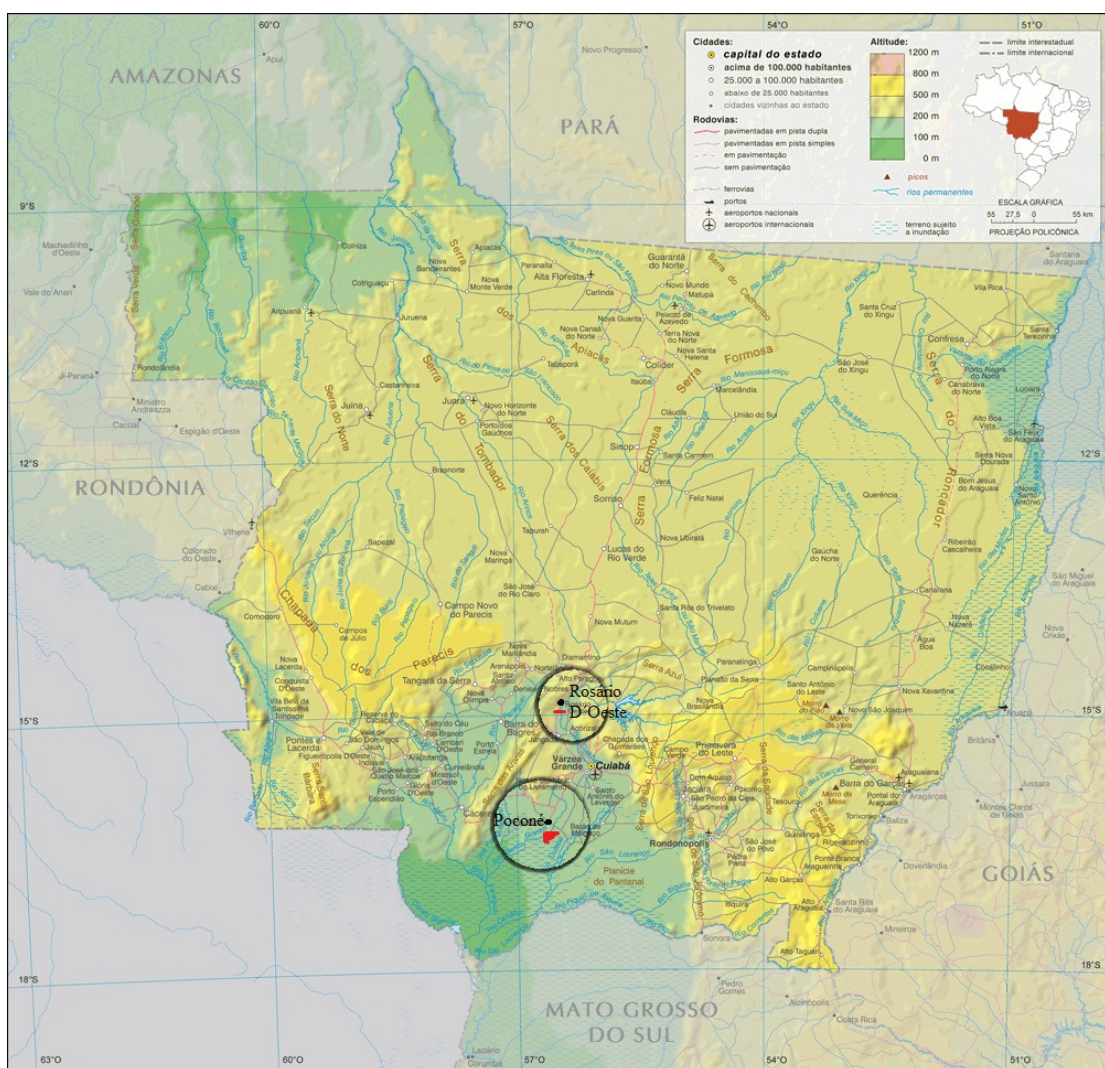
No caso das políticas públicas domésticas, a multifuncionalidade pode servir de instrumento de análise a ser utilizado na avaliação de alternativas, de forma a refletir sobre os impactos e nas relações entre elas (SOARES, 2001). Para o autor, o reconhecimento desta multifuncionalidade tem a implicação política de transformação das políticas públicas para a agricultura familiar.

Para Cazela (2009), a noção de multifuncionalidade adquire sentido apenas quando se refere às atividades produtivas e não ao território, uma vez que ela designa os efeitos simultâneos e diferenciados de uma atividade para além de suas funções primárias, geralmente econômicas.

Portanto, consegue-se visualizar a grande contribuição da multifuncionalidade na vida dos agricultores. A ação multifuncional contribui para que, além dos ganhos financeiros oriundos das atividades agrícolas, as famílias pluriativas possam contar com rendimentos obtidos através das atividades não agrícolas, o que proporciona a esses agricultores melhores condições de vida e permanência no meio rural.

3 – METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados e relacionados os aspectos que determinam a metodologia como também o delineamento da pesquisa, que tem como proposta principal avaliar a pluriatividade na agricultura familiar. As comunidades pesquisadas foram a de Santa Helena, localizada à 20 km de seu município sede, Rosário D'Oeste, município com 18.031 habitantes e a comunidade Carandazinho, localizada a 12 km do município sede de Poconé, com uma população de pouco mais de 20.000 habitantes, ambas no estado do Mato Grosso (Mapa 1).



Fonte: Mapa Brasil cidade (2011).

Mapa 1. Mapa do Estado de Mato Grosso, com localização dos municípios e das comunidades pesquisadas (vermelho).

Os municípios foram selecionados em função da concentração de agricultores familiares tradicionais.

A partir do momento que não é possível responder plenamente a um determinado problema, a pesquisa tem como finalidade de ser usada como tal (GIL, 2006), enquanto o método de pesquisa corresponde ao caminho que vai ao encontro da busca desse novo conhecimento (SEVERINO, 2007). O método adotado na pesquisa foi o indutivo/comparativo. A indução tem como finalidade investigar os fenômenos do particular ao geral, gerando leis. A comparação auxilia nesse processo, detectando aspectos comuns nessas equiparações e procurando explicar as dissonâncias (LAKATOS, 2001).

A natureza da pesquisa é exploratória, dados que não se conhece a realidade local, nem tão pouco se tem dados sobre as comunidades pesquisadas. A exploração não adota hipóteses, procurando concentrar-se em desvendar os fenômenos locais da maneira mais precisa possível (CERVO e BERVIAN, 2002). A pesquisa realizada é considerada como quali-quantitativa, conforme afirmado por Severino (2007).

No que se refere a coleta de dados, foi realizada por documentos de formas gerais, ou seja, estatísticas, leis, como também documentos científicos, denominadas de fontes secundárias. Realizou-se uma pesquisa de campo “*in loco*”, adotando questionários e entrevistas (fontes primárias).

3.1 Pesquisa de Campo

O universo da pesquisa é composta por duas comunidades oriundas de agricultores familiares tradicionais.

A seleção dos municípios onde estão localizadas as comunidades se deu em função da concentração de agricultores familiares tradicionais. A comunidade Carandazinho, constituída por 38 famílias de agricultores tradicionais, é localizada à 12 km do município de Poconé-MT, que possui aproximadamente 20.000 habitantes. A segunda comunidade, denominada Santa Helena, é constituída por 40 famílias de agricultores tradicionais e é localizada a 20 km do município de Rosário Oeste-MT, com uma população de pouco mais de 18.031 habitantes. Os dois municípios estão localizados no Estado de Mato Grosso.

Para a seleção das famílias pesquisadas decidiu-se por entrevistar 1 casa a cada 2, numa amostragem probabilística. O questionário é apresentado no Apêndice 1.

3.2 Variáveis pesquisadas.

As informações levantadas focalizaram-se na Caracterização Geral das famílias e na identificação da Pluriatividade.

a) **Caracterização Geral das famílias:** caracterização das famílias residentes nas comunidades pesquisadas e que constituem a unidade de análise de pesquisa. Procurou-se identificar a área da propriedade, levando em consideração informações do casal no que se refere ao estado de origem, tempo na região, tempo no lote, onde trabalha, o grau de instrução de ambos, idade e os motivos que os levam a permanecer no meio rural.

Foi também identificada a facilidade de acesso das famílias a cidade sede e a frequência de idas a cidade. Procurou-se identificar o tamanho do lote ocupado por cada propriedade e a razão real se sua permanência no meio rural. Buscou-se ainda verificar a sua visão de futuro quanto ao seu desejo de que os seus filhos continue o seu trabalho como agricultor rural; quantos filhos permanecem morando na propriedade e qual o motivo de sua permanência. No caso dos filhos terem saídos da propriedade, procurou-se o motivo e a profissão exercida fora da propriedade rural.

b) **Pluriatividade nas famílias entrevistadas:** A pesquisa buscou identificar a origem da renda familiar, os tipos de produção e destino dos produtos. A pesquisa sobre pluriatividade identificou a existência de visitas técnicas e os tipos de apoio recebido, assim como a existência de financiamentos produtivos.

A multifuncionalidade foi abordada no Capítulo sobre pluriatividade, a partir da observação do papel das comunidades visitadas e da existência de outras funções do meio rural além da produção agrícola, como a preservação do meio ambiente e funções sociais.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro Item aborda a caracterização das famílias. Ele é seguido dos aspectos ligados a pluriatividade e as dimensões econômicas dessas famílias.

4.1 – Caracterização das famílias entrevistadas

Conforme resultados, na comunidade Carandazinho a área média ocupada era de 19,2 ha e na comunidade Santa Helena de 22,6 ha, áreas similares e que caracterizam os produtores como agricultores familiares. No entanto, observa-se na Figura 3 que a área é mais homogênea na comunidade Santa Helena, uma vez que todos os produtores possuem entre 10 e 30 ha.

Na comunidade Carandazinho foi encontrada uma variação maior entre as propriedades, com 20% delas que ocupavam uma área com menos de 10 ha, enquanto alguns produtores possuíam uma área superior a 30 ha. Essa variação pode levar em atividades e comportamentos diferentes entre os produtores.

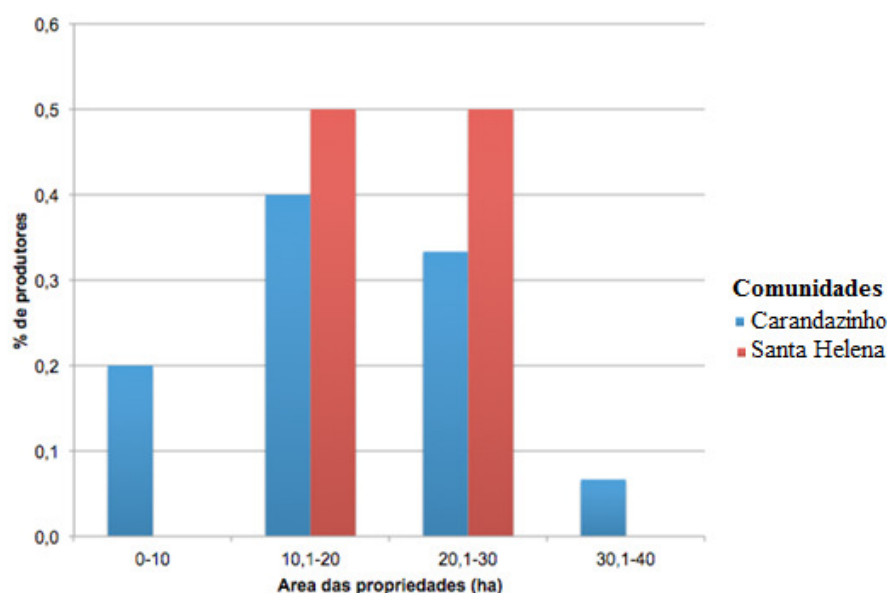


Figura 3 – área ocupada pelos agricultores familiares entrevistados.

Os casais da comunidade Carandazinho são, em sua maioria, originários do próprio município ou, quando de outra região, essencialmente da região Centro-Oeste. Não foi encontrada diferença significativa entre a origem dos homens e das mulheres. Ao contrário de outras regiões do estado, onde parte da população é originária de outras regiões de Brasil, como

Minas Gerais e Nordeste, este fenômeno não existiu nas duas comunidades pesquisadas. Os grupos que constituem as famílias visitadas são procedentes de famílias de agricultores familiares que deram continuidade as atividades agrícolas na própria comunidade.

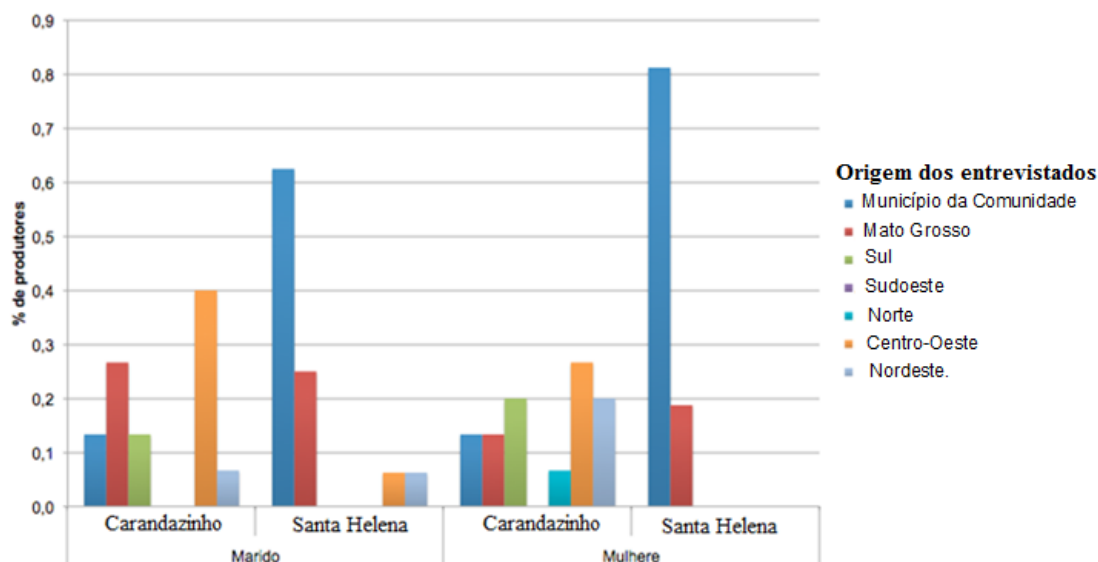


Figura 4 – Região de origem das famílias pesquisadas.

Na ampla maioria, as famílias de agricultores das comunidades pesquisadas estão na região há mais de 10 anos, sem diferença nos resultados médios entre as duas comunidades, conforme demonstrado no Figura 5. Nenhum dos entrevistados morava na região há menos de 5 anos, o que mostra uma forte integração regional, apesar de parte dos produtores serem originários de outras regiões.

O longo tempo de permanência nas duas comunidades pesquisadas possibilita as famílias se integrarem com os costumes da região e possuir o conhecimento sobre o que produzir. Os resultados apontam que os homens da comunidade Carandazinho se fixaram na região numa média de 35,6 anos atrás e as mulheres de 29,8 anos. Na comunidade Santa Helena o tempo de permanência na região para os homens foi calculada em 29,12 anos e as mulheres em 25,81 anos. Os resultados obtidos não indicam uma diferença significativa, pelo teste t de Student, entre os tempos de permanência.

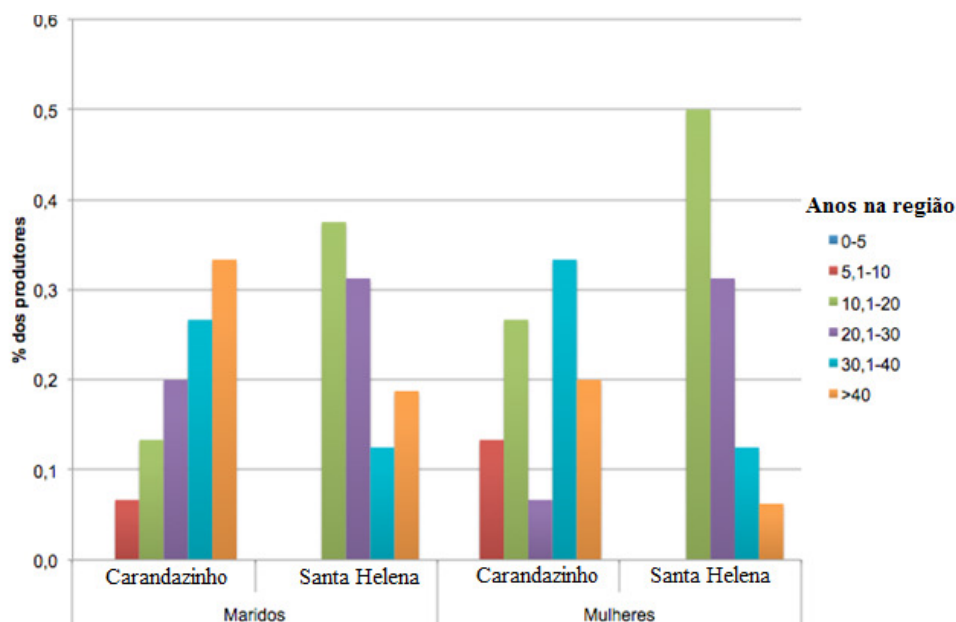


Figura 5 – Tempo de permanência na região dos produtores entrevistados.

O tempo de permanência no lote das famílias de agricultores entrevistados foi estimado em 21 anos na Comunidade Santa Helena e 28 anos na do Carandazinho. A diferença foi considerada significativa, com uma probabilidade p. de 10% pelo teste de Student. Apesar da diferença no tempo de permanência, os produtores das duas comunidades moram em seus lotes há muito tempo. Foi possível identificar um conhecimento do tipo de solo e das práticas culturais adaptadas a região, o que facilita o desenvolvimento das culturas ideais.

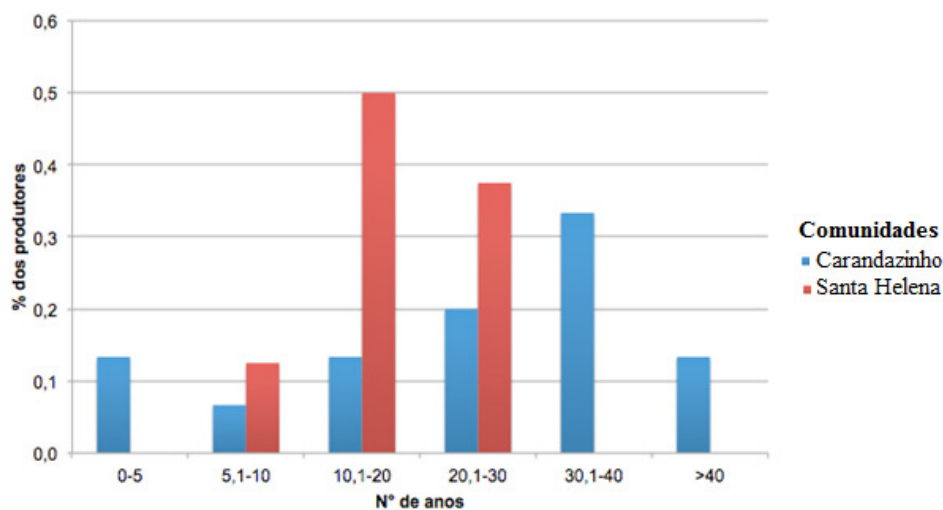


Figura 6 – tempo de permanência no lote dos produtores entrevistados

Conforme resultado obtido através da pesquisa realizada nas comunidades, em sua maioria os produtores entrevistados encontram-se na faixa etária de 45 a 60 anos, considerada como a faixa produtiva. No entanto, a Comunidade Carandazinho apresenta uma grande percentagem de produtores com idade acima de 60 anos, o que é preocupante para o futuro da comunidade. A agricultura familiar desta região é oriunda da herança entre pais e filhos, mas os resultados obtidos indicam a falta de permanência dos mais jovens, com a interrupção desse ciclo.

Esta preocupação não foi identificada na comunidade Santa Helena. Mas a presença de poucos jovens nas propriedades leva também a uma preocupação sobre a continuidade das atividades agrícolas praticadas atualmente pelos produtores, mesmo se os efeitos serão mais demorados para serem percebidos do que para a comunidade Carandazinho.

A Figura 7 aponta apenas a presença dos responsáveis pelos lotes e não informa sobre a presença de jovens nas famílias pesquisadas. No entanto, as visitas aos produtores permitiram constatar que a maioria dos filhos contribuem com sua força de trabalho na propriedade rural onde moram com os pais. A presença destes jovens representa uma contribuição significativa de mão-de-obra e na busca de novas técnicas a serem utilizadas na propriedade e que favorecem o melhoramento da produção agrícola.

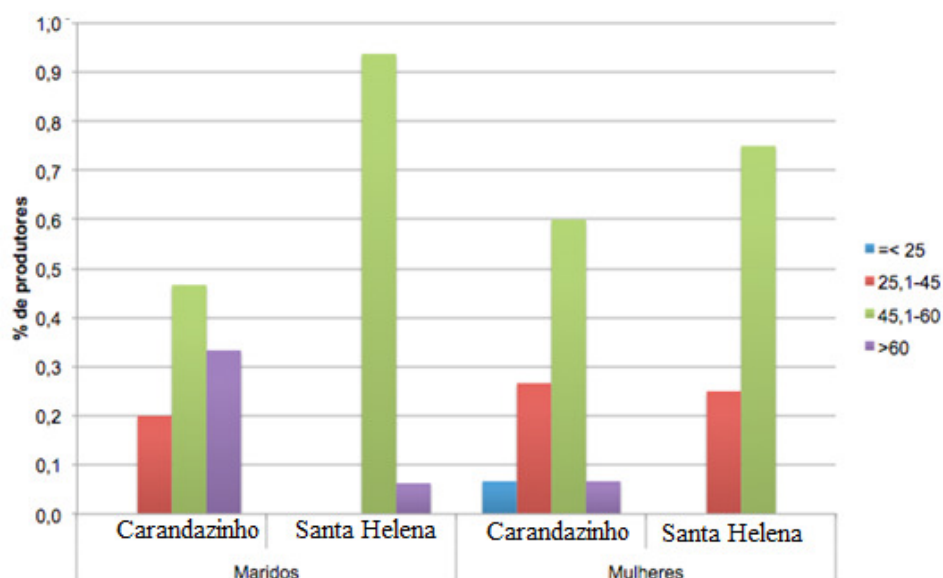


Figura 7 – Idade correspondente ao marido e mulher pertencentes às comunidades pesquisadas e donos das propriedades visitadas.

Através dos resultados obtidos entre as famílias entrevistadas, na comunidade Carandazinho existem alguns agricultores que nunca frequentaram escola e não sabem nem assinar o próprio nome (Figura 8).

Os dados da pesquisa de campo revelaram que a maioria das famílias de agricultores frequentou a escola apenas por poucos anos, em geral até a 4 série do ensino básico. Apenas um agricultor cursou o ensino médio, o que é muito pouco.

No que se refere aos jovens pertencentes as duas comunidades, muitos deles frequentam a escola normalmente. O aumento da escolaridade entre os jovens pode ser explicado pela disponibilização de transporte escolar, cedido pela prefeitura dos municípios. No entanto, apesar da melhoria da educação, não foi encontrado nenhum jovem com nível universitário.

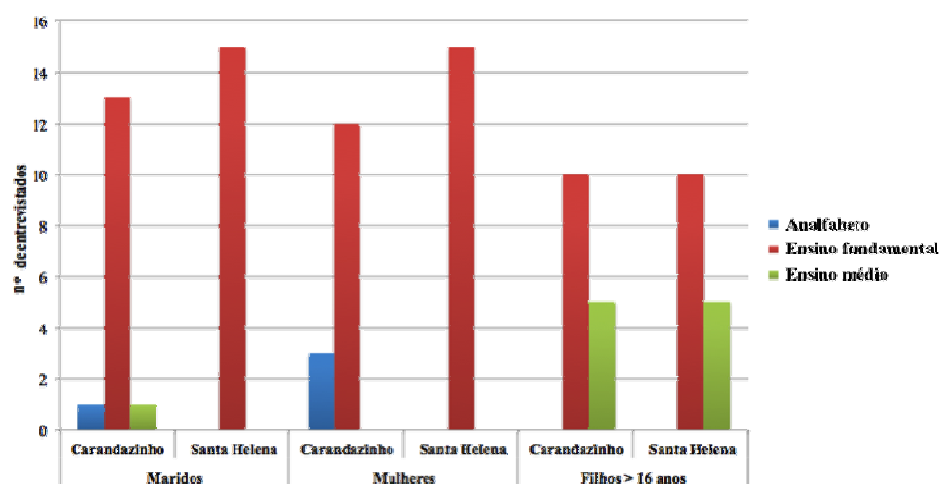


Figura 8 - Perfil educacional das famílias entrevistadas nas comunidades pesquisadas.

Dentre as políticas de valorização do campo, a educação é entendida como ação estratégica para o resgate da cidadania dos trabalhadores do campo e na formação das crianças, jovens e adultos.

Conforme indicadores disponibilizados pelo IBGE (2010), metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo. O índice é mais alto em áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros nesta faixa etária não terminaram o ensino fundamental.

De acordo com o PNAD/IBGE (2011), o brasileiro com mais de 15 anos estudou em média durante 7,7 anos, tempo médio de estudo que não é suficiente para completar o ensino fundamental, que tem sua duração de 9 anos. No entanto, entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, a média de anos de estudo é maior na área urbana em todas as regiões do Brasil, particularmente na região sul, onde os índices educacionais estão entre os melhores do país.

Para Castro (1995 p.4), a qualificação é compreendida como um conjunto de condições físicas e mentais que compõe a capacidade de trabalho ou a força-de-trabalho despendida em atividades voltadas para a produção de valores de uso. Apesar dos níveis de estudo serem inferiores no campo em relação à cidade, foi possível perceber, entre as famílias pesquisadas, o envolvimento e participação dos jovens em diferentes projetos de capacitação e formação profissional. Essa participação demonstra maior disposição em permanecer nas atividades agrícolas ou agroindustriais, incorporando conhecimentos que são aplicados nas unidades produtivas, geralmente com a introdução de novas técnicas de produção que resultam em mudanças nas condições materiais das famílias e possibilitam a redução da migração e evasão escolar.

Nas comunidades pesquisadas, os jovens reforçaram essa posição e enfatizaram que o conhecimento tem facilitado a busca de recursos disponibilizados pelo governo, tais como financiamentos e projetos que permitam melhorar as condições de vida no campo, proporcionando o melhoramento da produção e da aplicação de novas tecnologias na propriedade rural.

Através dos dados obtidos na pesquisa, é possível perceber que todos os maridos residem na propriedade rural, em ambas as comunidades. Quanto às mulheres há uma pequena percentagem, tanto na comunidade de Carandazinho quanto em Santa Helena, que não mora nas propriedades rurais (Tabela 4).

Tabela 4 – Local de moradia dos proprietários dos lotes, nas comunidades visitadas:

Onde moram	Maridos		Mulheres	
	Carandazinho	Santa Helena	Carandazinho	Santa Helena
1-Propriedade	15	16	13	14
2- Cidade	0	0	2	2

Apenas uma percentagem mínima dos filhos se deslocou para a área urbana (Tabela5). Em consequência, conforme resultado apresentado, o perfil das famílias é de agricultores tradicionais que em sua grande maioria deram prosseguimento as atividades agrícolas e procuram incentivar os filhos a permanecerem na propriedade, a realizarem as atividades agrícolas e futuramente darem prosseguimento as mesmas.

Tabela 5 - Percentagem dos filhos nas propriedades visitadas que moram com os pais:

%	Carandazinho	Santa Helena
0-25	1	1
25,1-50	2	0
50,1-75	2	0
75,1-100	10	15

Conforme resultado obtido na pesquisa e demonstrado na Tabela 6, os produtores entrevistados, em sua grande maioria, realizam suas atividades agrícolas na própria propriedade. No entanto, na comunidade Carandazinho, um entrevistado de sexo masculino e três do sexo feminino trabalhavam em propriedades vizinhas ou na cidade.

Portanto, é possível concluir na presença de pluriatividade, principalmente na comunidade Carandazinho. Essa prática explica-se pela busca de novas fontes de renda e facilita a permanência dessas famílias no campo. A pluriatividade passa por praticas não-agrícolas ou pela realização de serviços nas propriedades vizinhas.

As praticas de pluriatividade são realizadas por agricultores tradicionais e fortalecem-se entre produtores unidos por laços consanguíneos ou casamentos.

Tabela 6 – Locais de trabalho dos produtores entrevistados:

	Maridos		Mulheres	
	Carandazinho	Santa Helena	Carandazinho	Santa Helena
Na propriedade	14	16	12	16
Em propriedades vizinhas	1	0	1	0
Na cidade	0	0	2	0

A situação se repete quando se analisa os filhos dos produtores (Tabela 7). Apenas um pequeno percentual dos filhos das famílias entrevistadas trabalha em propriedades rurais vizinhas ou na cidade, sendo que na cidade foram encontrados apenas registros para a comunidade de Carandazinho. A maioria dos filhos das famílias de agricultores entrevistados utiliza sua força de trabalho na própria propriedade.

Praticas extra agrícolas são consideradas como uma evidencia da flexibilidade e da grande capacidade adaptativa aos diferentes contextos econômicos e históricos. A amplitude da pluriatividade sugere questões sobre as condições de reprodução da agricultura familiar, ou

seja, sua permanência como modelo de reprodução até então privilegiado, ou sua transformação em formas diferenciadas de exploração sustentada não mais na exclusividade da agricultura, mas em uma combinação com outras atividades econômicas, seja dentro ou fora da unidade doméstica (SCHNEIDER, 2003).

O que se discute, portanto, é o caráter estrutural e permanente da chamada pluriatividade como condição de reprodução social de uma camada de família de agricultores tradicionais, ou seu caráter conjuntural, como resposta à crise da agricultura modernizada. Sendo, portanto, a modernização um dos argumento que aponta para o surgimento de novas categorias sociais presentes no campo, o que os leva a sua aplicação, permitindo o melhoramento da vida dos agricultores e contribuindo para sua permanência no campo (SCHNEIDER, 2003).

Tabela 7 - Onde trabalham os filhos das famílias de agricultores entrevistados

%	Na propriedade		Em propriedades vizinhas		Na cidade	
	Carandazinho	Santa Helena	Carandazinho	Santa Helena	Carandazinho	Santa Helena
0-25	1	3	13	14	13	16
25,1-50	5	1	1	2	1	0
50,1-75	5	3	1	0	1	0
75,1-100	4	9	0	0	0	0

Em sua grande maioria as famílias permanecem na propriedade rural, dando continuidade as atividades agrícolas por motivo de satisfação e, por muitos delas, em função de herança. Foram identificadas apenas um homem e uma mulher, na Comunidade Santa Helena, que permaneceram na propriedade por falta de opção. Essa proporção é muito reduzida e indica que as famílias de agricultores realizam suas atividades agrícolas e ali permanecem por realmente gostarem do meio rural e por terem interesse em sua continuidade.

Esse resultado reforça a ideia da presença de famílias de agricultores tradicionais que pretendem dar continuidade as atividades agrícolas.

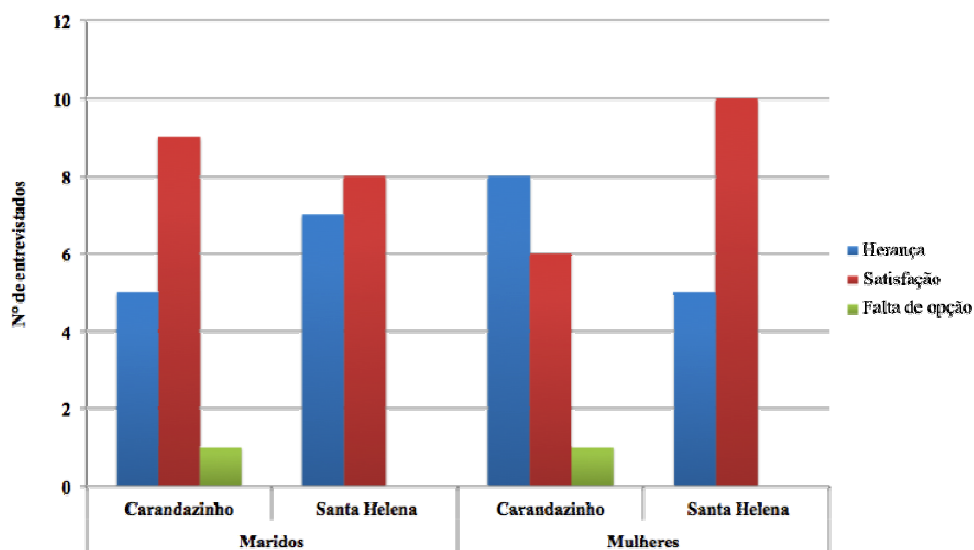


Figura 9 – Motivo de permanência dos agricultores entrevistados na área rural.

Nas duas comunidades pesquisadas, metade dos produtores entrevistados apresenta uma renda mensal estimada entre 2 e 5 salários mínimos e a outra acima de 5 salários mínimos. Essa renda é oriunda essencialmente da produção agrícola e complementada, no caso de alguns produtores, por atividades realizadas em propriedades vizinhas e na cidade (Tabela 8).

Tabela 8 – Estimativa da renda das famílias entrevistadas:

Renda	Carandazinho	Santa Helena
< 1/2 SM	0	0
1/2 a 1 SM	0	0
1 a 2 SM	0	0
2 a 5 SM	8	8
> 5 SM	7	8

A grande maioria dos produtores declarou receber rendimentos que se enquadram nas faixas de R\$ 1.240 à 3.100 e nenhuma família de agricultores declarou uma renda mensal inferior a 2 salários mínimos (R\$ 1.240). Se comparadas as médias do Estado de Mato Grosso e do Brasil (Tabela 9), pode-se observar que as rendas das famílias pesquisadas é bastante elevada. Esses resultados podem ser explicados pela prática de atividades pluriativas, o que contribui para a melhoria salarial dos agricultores.

A produção nas comunidades pesquisadas são diversificadas, entre os quais: arroz, mandioca, milho, criação de suínos, ovinos, caprinos, gado de leite, produção de

queijos, etc. A comercialização desses produtos, diretamente em supermercados na cidade e em feiras-livre, contribui para o aumento da renda familiar. As famílias de agricultores tradicionais realizam as práticas pluriativas no que se refere a realização de serviços em outras propriedades, o que possibilita o melhoramento da renda familiar.

Tabela 9 – Distribuição percentual da renda familiar na agricultura familiar, nas comunidades visitadas, no Estado do Mato Grosso e no Brasil.

Renda	Comunidades pesquisadas	Mato Grosso	Brasil
< 1 SM	0	36,4	25,7
1 a 2 SM	0	51,9	32,2
2 a 5 SM	50	31,7	18,0
> 5 SM	50	0,05	14,5

Os maridos na comunidade Carandazinho vão com menor frequência na cidade, há cada 15 ou 30 dias. As mulheres dessa comunidade vão um pouco mais na cidade (Figura 10). A situação se inverte na comunidade Santa Helena, pois lá os homens vão mais frequentemente na cidade do que as mulheres. Nessa comunidade, os filhos vão mais na cidade do que os pais, o que se explica facilmente pela procura de atividades de lazer. No entanto, essa situação é diferente na comunidade Carandazinho, onde os filhos vão apenas mensalmente ou esporadicamente na cidade. Nessa comunidade, pais e filhos trabalham diretamente na produção agrícola e não têm muito tempo disponível para ir à cidade.

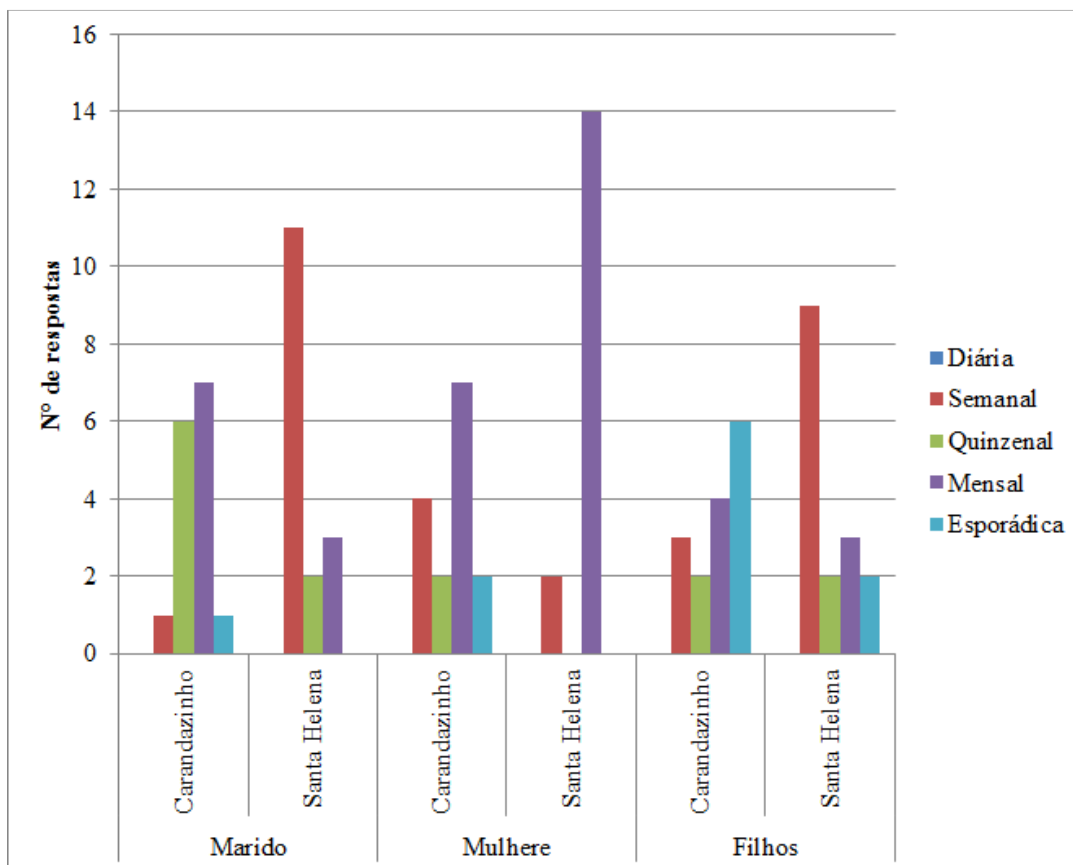


Figura 10. Frequência de ida na cidade das pessoas entrevistadas.

Nas duas comunidades, os adultos vão na cidade essencialmente para fazer compra (Figura 11). No entanto, as mulheres da comunidade Carandazinho vão com frequência na cidade para consultas médicas. As atividades de laser não são prioridade e são mais importantes para os homens que para as mulheres.

No caso dos filhos, as atividades de laser passam a ser a principal razão da ida na cidade, mesmo se no caso da comunidade Carandazinho as consultas médicas são importantes. Esse resultado confirma a necessidade de facilitar o acesso a atividades de laser para manter os jovens no campo.

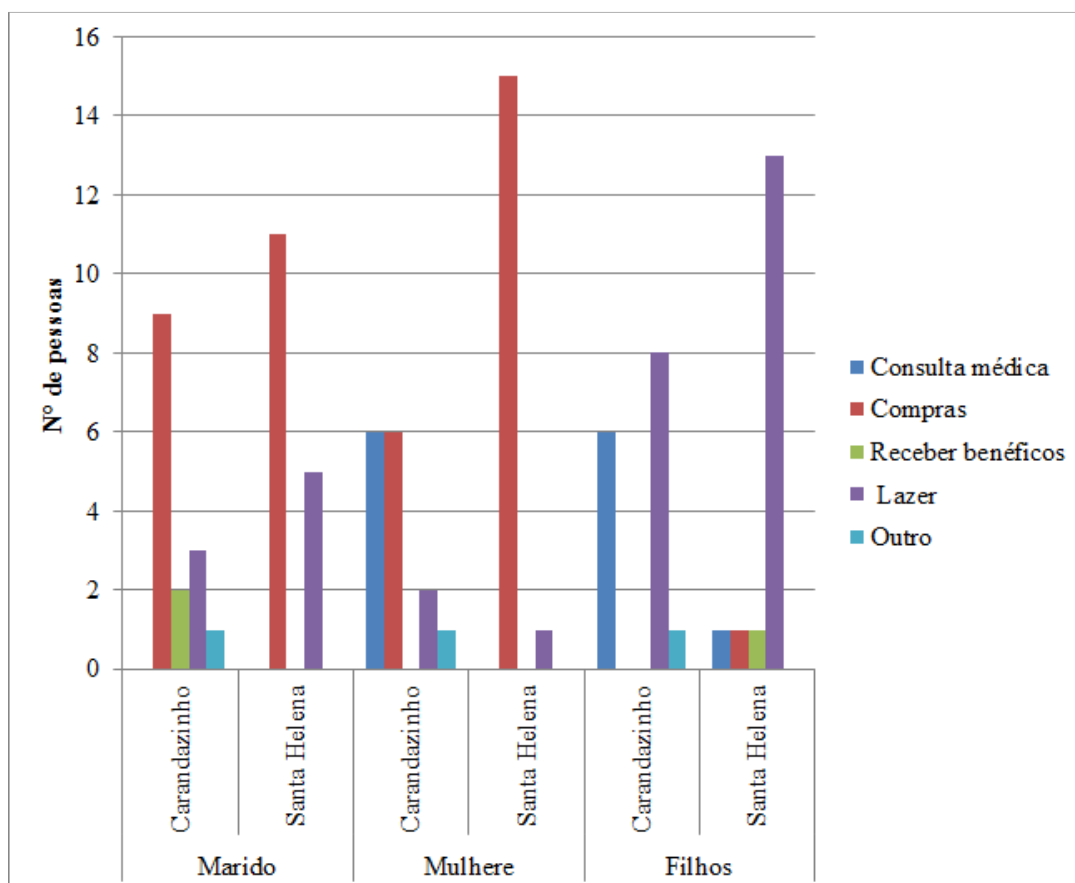


Figura 11. Motivo da ida na cidade para as pessoas entrevistadas.

A Figura 12 confirma as informações sobre a renda elevada das famílias entrevistadas, pois a maioria possui veículo próprio, o que facilita a locomoção até ao município vizinho. O uso de ônibus é bastante limitado, uma vez que o transporte público só faz este trajeto quinzenalmente.

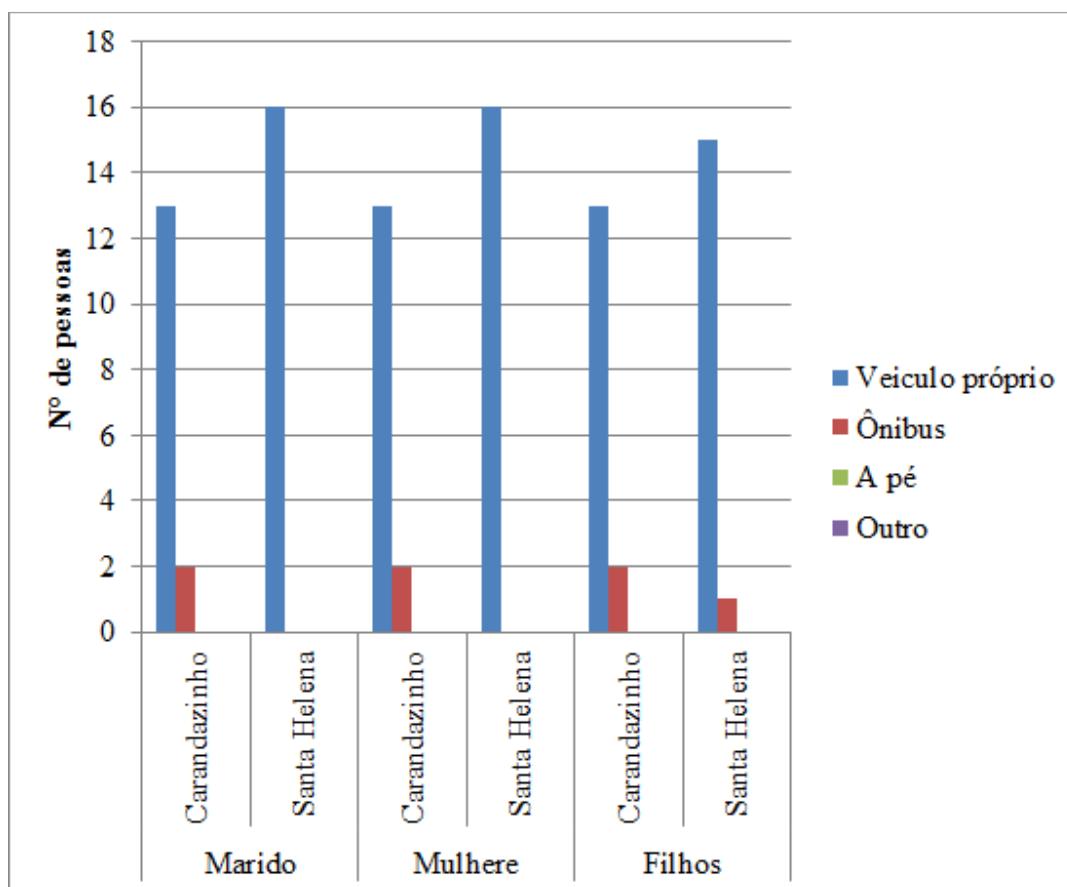


Figura 12 . Tipo de locomoção das pessoas entrevistadas, para ir na cidade.

Nas duas Comunidades pesquisadas, as famílias entrevistadas permanecem no campo por satisfação (Tabela 10), mesmo se a percentagem é maior na comunidade Carandazinho. Essa satisfação facilita a permanência dos jovens no campo e a busca por novas tecnologias que venham contribuir para a melhoria na produção agrícola.

Tabela 10. Grau de satisfação das pessoas entrevistadas , sobre o fato de morar no campo.

	Carandazinho	Santa Helena
1 Sim	14	12
2- Não	1	3

Conforme Tabela 11, nas duas comunidades a quase totalidade dos entrevistados afirmou que gostaria que seus filhos continuassem o trabalho realizado na propriedade rural. Um dos fatores que tem contribuído para esse resultado é a qualificação oferecida aos jovens que permite a criação de oportunidades e renda na atividade rural. A Empaer-MT oferece aos jovens, através de cursos de qualificação ministrados por extensionistas na comunidade,

técnicas de aproveitamento de fruta e legumes produzidos na comunidade, técnicas de defumados com animais da propriedade rural (suínos e bovinos), produção de linguiça, trabalhos manuais para as esposas e filhas. Os extensionistas/técnicos ensinam aos filhos dos agricultores práticas que proporcionam a agregação de valor aos produtos agrícolas, utilização de tecnologia acessível que facilita a ordenha, treinamento no manuseio e correção do solo, orientação na importância da rotatividade das culturas.

Esses treinamentos possibilitam o melhor aproveitamento do solo e uma produção maior e com qualidade, dando condições ao jovem agricultor de permanecer no meio rural e de realizar suas práticas agrícolas com conhecimento. Conforme aumenta a produção agrícola, o produtor rural aumenta sua renda, o que possibilita melhor capacitação para as funções desempenhadas na propriedade e estimula a sua permanência na área rural.

Tabela 11. Indicação dos produtores que gostariam que os filhos continuassem o trabalho realizado na propriedade.

	Carandazinho	Santa Helena
Sim	14	15
Não	1	1

Conforme Weisheimer (2007), o filho homem é quem acompanha a rotina de trabalho agrícola do pai. Desta forma, sua dedicação é toda voltada no “treinamento” para ser o futuro agricultor, em detrimento ao tempo dedicado ao estudo, o que pode explicar o menor número de anos de estudo no campo em relação à cidade, conforme levantado pelo PNAD/IBGE (2011).

4.2 - Pluriatividade nas famílias entrevistadas

A pluriatividade das famílias visitadas foi avaliada a partir da origem da renda dos produtores e do tipo de produção.

4.2.1. Origem da renda

Os resultados da pesquisa indicam a existência de renda extra em parte dos produtores entrevistados (Tabela 12). Na Comunidade Carandazinho, a renda extra é oriunda de atividades agrícolas realizadas em propriedades vizinhas, uma vez que no município há

concentração de grandes fazendas (Poconé-MT). O fato dessa mão de obra ser essencialmente masculina explica a predominância de renda extra nas pessoas de sexo masculino, maridos e filhos, nessa comunidade.

As esposas da comunidade Carandazinho que possuem renda extra realizam serviços de diarista nas propriedades em dias alternados e nos finais de semana se organizam para comercializarem em feiras-livre no município vizinho de Poconé, trabalhos artesanais (bordados, bonecas de bucha vegetal, etc.) e doces produzidos com frutas da própria produção agrícola. Essas produções são o resultado de cursos ministrados pelas extensionistas sociais da Empaer-MT, juntamente com as famílias de agricultores rurais, o que possibilita o aumento na renda familiar e proporciona a permanência das famílias no meio rural. As mulheres se organizam em grupos que se revezam em cada final de semana e comercializam toda a produção de doces e artesanatos produzidos na comunidade.

A presença de renda extra é mais comum na Comunidade Santa Helena, principalmente nas mulheres (Tabela 12). Essa renda é oriunda de trabalhos agrícolas nas propriedades vizinhas no caso dos maridos e dos filhos e, para as esposas, da comercialização em feiras-livres de trabalhos artesanais, doces e defumados produzidos na propriedade e consequência dos cursos oferecidos pela Empaer.

Observa-se que as mulheres da Comunidade Santa Helena têm uma participação maior na contribuição de renda extra, o que justifica-se pela proximidade da comunidade do município de Rosário Oeste, por onde passa a BR 364. O fluxo de pessoas no município contribui para a comercialização em pontos específicos, como no município e na rodovia onde “montam” barracas para vender os produtos.

Nas duas comunidades, os maridos e filhos praticam a pluriatividade, com a alternância entre o trabalho na propriedade rural e os serviços nas propriedades vizinhas, o que possibilita o aumento da renda familiar das famílias e permanência das mesmas na terra. Essas famílias de agricultores tradicionais praticam a pluriatividade em atividades fora de sua propriedade, mas diretamente ligada as atividades agrícolas. Apenas uma percentagem mínima de filhos se mudou para a cidade em busca de emprego em área não-agrícola.

Tabela 12 - Renda extra dos produtores entrevistados e de seus filhos.

Renda extra	Marido		Mulheres		Filhos	
	Carandazinho	Sta. Helena	Carandazinho	Sta. Helena	Carandazinho	Sta. Helena
Sim	5	8	3	16	8	4
Não	10	8	12	0	7	12

Segundo Fuller (1990, p.367):

“a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...]. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências)”.

A lógica a partir da qual as unidades domésticas adotam diferentes padrões de atividades vai depender das condições existentes na agricultura, das oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva familiar, da estrutura da família e suas mudanças ao longo do tempo. A estratégia (consciente ou inconsciente) adotada pela unidade doméstica vai depender da percepção que as famílias têm destas realidades, a qual depende, por sua vez, da aspiração e valores de seus membros e do processo através do qual as decisões são tomadas na unidade doméstica. A pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura minimizando risco, maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra (FULLER, 1990, p. 367).

Conforme demonstrado na Tabela 13, na Comunidade Carandazinho as rendas extras apresentam valores mensais elevados, acima de R\$ 500,00, resultado dos trabalhos extras realizados pelos maridos, esposas e filhos das famílias de agricultores. Somados com a venda da produção agrícola, esses valores permitem o melhoramento da renda familiar e possibilitam a permanência dessas famílias no meio rural.

Na Comunidade Santa Helena, as rendas extras apresentam também valores acima de R\$ 500,00, resultado de atividades extras agrícolas desenvolvidas pelos maridos e filhos em propriedades vizinhas e de alguns filhos de produtores que se mudaram para a cidade e trabalham em atividades não-agrícolas.

As esposas empregam sua força de trabalho exclusivamente em atividades domésticas, agrícolas e em trabalhos artesanais. Para elas a venda de artesanato na cidade não é considerada renda extra, pois as atividades desenvolvidas são na própria comunidade, o que explica a diferença entre os resultados das Tabelas 12 e 13. A renda do artesanato deve ser integrada na soma na renda familiar e, de fato, pode ser considerado como pluriatividade.

Tabela 13 - Valor das rendas extras obtidos pelos produtores entrevistados e seus filhos

Renda extra (R\$)	Marido		Mulheres		Filhos	
	Carandazinho	Sta. Helena	Carandazinho	Sta. Helena	Carandazinho	Sta. Helena
0-99	0	0	0	0	0	0
100-199	0	0	1	0	1	0
200-299	0	1	0	0	2	1
300-399	3	6	0	0	2	2
400-499	1	1	0	0	2	1
500-1000	1	0	2	0	1	0
>1000	0	0	0	0	0	0

Apenas uma família, na Comunidade Santa Helena, declarou receber os benefícios do programa bolsa família, que é a ajuda concedida pelo Governo Federal as famílias mais pobres, com filhos de até 17 anos (Tabela 14).

Tabela 14 - Recebimento de bolsa família pelos produtores entrevistados.

Recebe bolsa família	Carandazinho	Sta. Helena
Sim	0	1
Não	15	15

No que se refere ao recebimento mensal oriundo de aposentadoria, nas comunidades pesquisadas não foi identificada nenhuma família com este tipo de benefício. Os produtores interessados afirmaram que não houve interesse devido a burocracia necessária e declararam também nunca ter recolhido a contribuição previdenciária que dá direito ao benefício, o que, para eles, inviabiliza o andamento do processo.

4.2.2. Tipos de produção

De acordo com a Tabela 15, os produtores da Comunidade Carandazinho possuem uma produção agrícola diversificada. A maior parte da área da propriedade rural é ocupada com mandioca, milho e feijão. Os produtores dessa comunidade são orientados por técnicos da Empaer, o que possibilita o agricultor plantar e colher de forma adequada, com o correto aproveitamento do solo, diversificação e rotatividade de culturas.

Parte da produção é direcionada para a alimentação da família e outra é comercializada diretamente em feiras-livres e supermercados da região. A comercialização desses produtos explica as rendas elevadas obtidas pelas famílias, o que viabiliza a permanência das famílias no campo.

Na Comunidade Santa Helena, a produção agrícola é mais diversificada do que na comunidade de Carandazinho, com presença de arroz e cana de açúcar, para alimentação animal. Como para a comunidade de Carandazinho, a produção é direcionada para a alimentação da família e comercializada em feiras livres e supermercados da cidade. Os valores provenientes da venda são somados a renda extra resultante da comercialização de artesanatos e doces produzidos pelas esposas na comunidade e na renda das outras atividades externas a propriedade, como observado no Item 4.2.1.

Conforme Schneider e Niederle (2008), a inexistência de uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto conceitual da agricultura familiar não impede a generalização em torno da ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família. Desta forma, é possível destacar a diversidade da agricultura familiar como uma das principais características da agricultura contemporânea.

Observa-se, portanto, a grande diversidade produtiva encontrada nas comunidades visitadas, onde foi possível constatar a presença das principais culturas em pequenas áreas de terra, atingindo no máximo cinco hectares no caso do milho e um hectare para as outras culturas, característica comum da agricultura familiar.

Conforme demonstrado na tabela 15, para ambas as comunidades e para as diversas culturas apresentadas nota-se que o valor médio da área de plantio é similar ao valor mediano e que os valores se aproximam das áreas mínimas plantadas para cada cultura. Esses resultados possibilitam concluir que as áreas plantadas são bastantes homogêneas entre os produtores, que possuem sistemas produtivos similares.

Tabela 15 - Área, em hectares, das principais culturas nas propriedades visitadas.

	Milho		Mandioca		Cana de açúcar		Feijão		Arroz	
	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.
Nº. observações	15	16	15	16	15	16	15	16	15	16
Mínimo	0,500	0,500	0,500	0,500	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,500
Máximo	5,000	5,000	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	1,500
Mediana	1,000	0,850	0,500	0,500	0,000	0,500	0,500	0,500	0,000	0,750
Média	1,253	1,031	0,713	0,688	0,000	0,569	0,500	0,513	0,000	0,781

Além das culturas de grãos e tubérculos, os produtores cultivam também vários tipos de frutas (Tabela 16). Na Comunidade Carandazinho, a produção frutífera permanece limitada, o que é justificado pelo tipo do solo da região que favorece apenas o cultivo da banana, cuja produção é direcionada para o consumo da família e utilizada para produção de doces, frutas cristalizadas, etc., trabalho realizado conjuntamente com a orientação das extensionistas da Empaer com as famílias dos produtores rurais. Os derivados de banana são comercializados em feiras-livres e permitem uma renda extra para as famílias, como abordado no Item 4.2.1.

A produção frutífera é mais desenvolvida na comunidade Santa Helena, favorecida pelo tipo de solo que proporciona uma produção mais diversificada, com banana, mamão, melancia e principalmente abacaxi, todos produtos de fácil comercialização no município de Rosário D'Oeste em função da proximidade da comunidade com a área urbana do município e com a BR 364, estrada com grande fluxo de pessoas em direção ao interior do Estado. A localização favorável facilita o fortalecimento da comercialização de frutas e doces advindos da produção, fatores que contribuem para o aumento da renda familiar e possibilitam a permanência das famílias de pequenos agricultores na área rural.

Tabela 16 - Área, em hectares, das principais culturas frutíferas, nas propriedades visitadas.

	Banana		Mamão		Melancia		Abacaxi	
	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.
Nº. de observações	15	16	15	16	15	16	15	16
Mínimo	0,000	0,500	0,000	0,000	0,000	0,500	0,000	0,000
Máximo	1,000	1,000	0,000	0,500	0,000	1,000	0,000	1,000
Mediana	0,900	0,500	0,000	0,500	0,000	0,500	0,000	0,500
Média	0,720	0,544	0,000	0,400	0,000	0,563	0,000	0,600

Os produtores visitados praticam também a criação de animais de forma variada, com gado de corte, gado leiteiro, aves poedeiras e suínos. Algumas famílias criam também carneiros, em numero total de 10 a 25 animais (Tabela 17).

Na agricultura familiar, a criação de gado de leite representa um fator de grande importância para a contribuição da renda familiar, uma vez que, além do consumo próprio, as famílias utilizam parte da produção para fabricação de queijo e requeijão comercializados em feiras-livres na cidade. Como o leite é produzido o ano todo, ele fornece uma fonte contínua de renda para a família do pequeno agricultor.

As produções de aves, ovos e suínos, por não ser em grande quantidades, são essencialmente direcionadas para consumo próprio, assim como a produção de carneiros. Apenas uma pequena parte dessas produção é comercializada gerando renda para as famílias.

Tabela 17 -Numero de animais, das principais criações, nas propriedades visitadas.

	Gado de corte		Gado leiteiro		Aves de corte		Poedeiras		Suínos	
	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.	Car.	Sta. Hel.
No. de observações	15	16	15	16	15	16	15	16	15	16
Mínimo	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Máximo	10,000	10,000	15,000	18,000	30,000	36,000	40,000	38,000	20,000	40,000
Mediana	8,000	8,000	10,000	10,500	22,000	28,000	20,000	20,000	14,000	13,000
Média	6,800	6,813	9,267	10,250	21,733	24,563	19,200	19,563	12,800	15,750

Os resultados da pesquisa confirmam que as famílias das comunidades pesquisadas, na busca de novas alternativas, conseguem conciliar praticas agrícolas com praticas não agrícolas, como industrialização de produtos e trabalho em propriedades vizinhas, o que caracteriza práticas pluriativas. Essas práticas contribuem para o melhoramento da renda familiar e a permanência das famílias de agricultores tradicionais no meio rural.

Além das praticas pluriativas, as atividades desenvolvidas pelos produtores, que misturam práticas agrícolas e não agrícolas, atividades na propriedade e fora das propriedades, mas localizadas essencialmente em meio rural, caracterizam a dimensão multifuncional do meio rural. O crescimento do multifuncionalismo rural, uma vez concebido a partir de uma visão territorial do desenvolvimento, pode revelar potenciais que até recentemente esse meio, e em especial a agricultura familiar tradicional, não conseguia manifestar à sociedade. Essa situação evidencia claramente o atual cenário de transformações pelo qual passam os espaços rurais.

A agricultura familiar tradicional não se constitui em um segmento homogêneo. Pelo contrário, este segmento comporta uma complexa diversidade de formas e tipos, que está inserido em distintos contextos e realidades. Conforme Lamarche (1993, p. 18), a agricultura familiar não é “um elemento da diversidade, mas contém nela toda esta diversidade”. Desta forma os ambientes social, cultura, político e econômico com os quais estas unidades familiares interagem acabam, na maioria das vezes, determinando mudanças e alterações expressivas nas suas especificidades e em sua lógica de funcionamento.

Para Carneiro e Maluf (2003), a noção de multifuncionalidade na Agricultura Familiar pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, lembrando que, no Brasil, a

promoção de uma agricultura multifuncional deverá envolver o estímulo à produção de alimentos e de incremento das rendas dos agricultores familiares. Desta forma, a adoção deste enfoque não significa o descarte dos estímulos à produção mercantil de base familiar, muito pelo contrário, a produção agrícola mercantil – agora associada a outras dimensões que não apenas a econômica, ocupa um papel relevante na superação dos quadros de pobreza em que se encontram as famílias (KATO, 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial da pesquisa baseou-se na preocupação com a manutenção sucessória da Agricultura Familiar Tradicional nas comunidades pesquisadas. Considerando a pluriatividade como um fator chave para a resolução desse problema, a pesquisa tratou de analisar esse fenômeno em duas comunidades do estado do Mato Grosso.

No primeiro momento a pesquisa demonstrou que as comunidades são constituídas por elementos da própria região e de pessoas que vieram de municípios vizinhos e de Estados do Centro-Oeste. Eles constituíram famílias e se instalaram no prosseguimento das atividades agrícolas nas comunidades onde foram entrevistados. Eles permanecem na região há muitos anos, o que permitiu o fortalecimento dos vínculos regionais e a caracterização dessas famílias como agricultores familiares tradicionais.

Esses vínculos permitiram identificar uma grande percentagem de jovens que permaneceram nas propriedades. Os jovens que ficaram na propriedade acreditam no trabalho rural e na continuidade dos trabalhos realizados pelas famílias. Apesar da importância da permanência no campo, a pluriatividade da atividade e a multifuncionalidade do campo, que deixou de ser apenas um lugar de produção agrícola, foram aspectos relevantes para a permanência dos jovens. Com a proximidade da cidade, quem ficou no campo encontra na mobilidade entre campo e cidade, além de mais opções para melhorar a renda, uma alternativa para os finais de semana, uma fuga da rotina agrícola semanal. Esse aspecto vale também para os jovens que deixaram suas famílias e se deslocaram para a cidade, mas sentem a proximidade com o meio rural, um lugar tranquilo que possibilita descansar e aproveitar o aconchego da família.

Além da pluriatividade, nas comunidades pesquisadas as famílias de agricultores se favoreceram das frequentes orientações dadas pelos órgãos governamentais de extensão como a Empaer. As orientações fornecidas permitiram o melhoramento da produção agrícola, além do desenvolvimento de produtos processados e artesanatos. Essas produções têm viabilizado alternativas a mais de renda para os agricultores, permitindo que se motivem a permanecer no campo.

Os jovens agricultores obtiveram uma nova visão através das orientações técnicas oferecidas e com isso conseguiram contribuir no planejamento e gestão da propriedade, o que facilita a estabilidade das famílias no meio rural.

Em consequência, é possível afirmar que a pluriatividade contribuiu para a melhoria da renda dos produtores e a permanência dos membros das famílias no campo. Mas essa permanência é facilitada pela proximidade com a cidade e com a presença de uma extensão atuante, que permite a valorização da mão de obra disponível. Outros fatores relevantes encontrados na pesquisa, a proximidade com uma estrada de grande passagem é muito importante para a diversificação e o escoamento dessa produção. Em paralelo, a presença de grandes fazendeiros facilita a geração de uma renda extra as atividades na propriedade.

O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, o que caracteriza a multifuncionalidade, e a busca por novas alternativas, ou pluriatividade, vão ao encontro do melhoramento da renda familiar e ampliam as condições de vida das famílias nas comunidades rurais. Essa evolução permite aos agricultores ter alternativas que viabilizem sua permanência no campo.

As ações dos poderes públicos, através de órgãos responsáveis para conduzir e orientar as comunidades, devem facilitar a educação no campo para os jovens agricultores. Essa educação facilita a permanência nas propriedades.

A multiplicidade nas formas e situações em que são praticadas as atividades extra-agrícolas é considerada por alguns historiadores e pesquisadores, como uma evidencia da flexibilidade e da grande capacidade adaptativa da pluriatividade aos diferentes contextos econômicos e históricos.

Os resultados foram obtidos em duas comunidades de agricultores tradicionais, localizadas em distâncias próximas ao meio urbano, o que pode ser considerado como um fator limitante para estender os resultados obtidos a outras comunidades. Nesse caso, seria importante complementar a pesquisa com outras comunidades de agricultores familiares tradicionais localizadas longe das cidades e com agricultores familiares não tradicionais, como assentados da reforma agrária.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- ABRAMOVAY. R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ABRAMOVAY. R. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico** Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial. São Paulo: FEA-USP, 2000.
- AMBRAMOVAY. R. **Agricultura familiar e o uso do solo. São Paulo em perspectiva – vol 11. N. 2:73.78. São Paulo: 1997.**
- ALTAFIN. Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Fav/UnB, 2003.
- ALENTEJANO. P.R.R. **Pluriatividade: uma nova noção válida para a análise da realidade agrária brasileira**. In: TEDESCO, J.C. (organizador). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo fundo: EDIUPF, 1999.
- _____. P.R.R. **As relações campo-cidade no Brasil do Sec. XXI**; Terra Livre, São Paulo; ano 18, v.2, n.21, p.25-39, jul/dez – 2003.
- BITENCOURT, G.A. BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.
- BLUME. R. **No limite geográfico: um território, um erro de traçados e a procura de uma identidade territorial**. Monografia de Bacharelado. UFRGS. Porto Alegre, 2000.
- BUAINAIM. AM.M.. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA.2000. Disponível em <http://www.incra.gov.br/fao>. Acessado em 20 fev 2012.
- BRASIL. **Presidência da Republica. Decreto nr 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, e dá outras providencias. Disponível em: www.pronaf.gov.br acesso em 24 de dezembro de 2011.
- BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25.07.2006.
- CARMO. M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado**. In: Encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção. 1998.
- CASTILHO. et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, 2006.

CARNEIRO. M. José. **Pluriatividade no campo**. 16º Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, em 1992, no GT Processos Sociais Agrários.

_____. **Política de desenvolvimento e o novo mundo rural** – Campinas: Unicamp. 1999.

_____. **O desenvolvimento rural e o Novo Rural**. GRAZIANO. José da Silva (org.). **O novo Rural Brasileiro; Políticas Públicas**. Juguariúna: Embrapa. 2004, v.4, p. 117-148. CAZELLA, A. Ademir; PHILIPPE. Bounal; MALUF. Renato S. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ. N. 19, out. 2002.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X, NEAD, IICA, 2009.

COSTA NETO. Canrobert. **Agricultura familiar e Renda da Terra**. In: **Estudos, Agricultura e Sociedade**. Tese apresentada a UFF – 1995.

DEL GROSSI. E. & SILVA J.G. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Instituto Agrônômico do Paraná, Londrina, PR, 2002.

FAO/INCRA– **Perfil da agricultura familiar no Brasil**. Dossiê estatístico. Brasília: 1996.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2011.

FULLER, A.M. **From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe**”. *Journal of Rural Studies*, Londres, 1990.

GIRARDI. Eduardo Paulon. **Preposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp de Presidente Prudente/SP.

GRAZIANO. Silva José. **O novo rural brasileiro**. XXIV Encontro Nacional de Economia. RJ: Anpec, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. **Nova economia**. Belo Horizonte:v.7, n.1, 1997.

GRAZIANO. Silva José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia: 1999.

GAVIOLI. Felipe Rosafa. **Agricultura Familiar, Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. *Revista IDEAS*, v. 3 n. 2, jul/dez, 2009.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE, Censo Agropecuário. **Agricultura Familiar. Primeiros resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

IBGE. Censo Agropecuário, 2009.

MDA. **Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço** . 2003-2006. Porto Alegre: Nead,,2006.

INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Fevereiro de 2000.

KATO, K.Y.M. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade; o caso de Santo Antonio de Pádua/RJ**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006.

LAMARCHE. H. A. **Agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiuniforme**. Campinas: UNICAMP. 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica. 4 ed. São Paulo: atlas, 2001**.

MAIA. Claudio Machado; FILIPPI. Eduardo Ernesto; RIEDL.Mario. **Territorio, Ruralidade e Desenvolvimento Regional**. G&DR. V.5, n. Taubaté,SP, jan-abr/2009.

MENDRAS. H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Ministério do Desenvolvimento agrário. Brasília-DF. Pesquisa On-line. Disponível em: <http://pwww.gov.gov.br>).

Ministério do desenvolvimento agrário. **Estatística do meio rural**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2ª ed. Brasília: MDA/ DIEESE, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. MDAA/Brasilia: 2010. Disponível em [http: portal.mda.gob.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo2006](http://portal.mda.gob.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo2006). Acesso em 20 fevereiro de 2012**.

MULLER. Jovania Maria. **Multifuncionalidade da agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva**. Florianópolis/SC, 2009.

NEAD – Estatísticas do Meio Rural 2010-2011, 4 ed./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural:

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD;MDA, 2011.

NEWBY. H. Sevilla; GUZMÁN. E. **Introduccion a Socilogia rural**. Madri: Alianza , 1981.

OLIVEIRA. Francisco de. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local**. São Paulo: Polis, Programa gestão Publica e Cidadania/EASP/FGV, 2001.

PERICO. R.E., RIBEIRO. M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Dalton Guimaraes. Brasília: IICA, 2005.

PIRAN. N. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: Ed. FAPES, 2001.

Presidência da Republica. Lei nº 11.326, de 24.julho de 2006. Disponível em:www.rebrae.com.br. acesso em 30.11.2011.

RUBELO. Joao Geraldo Nunes. **A contribuição da pluriatividade da agricultura familiar no desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em geografia) pela Unesp- Presidente Prudente – SP. 2011.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar 2 ed. Porto Alegre: UFGS, 2003**.

SANTOS. Milton. **O território e o saber local; algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ/UPPUR, 1999.

SOARES. Adriano Campolina. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Proposta nr 87. Rio de janeiro: Action Aid Brasil.dez//fev 2000/2001.

SCHNEIDER. Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. RBCS vol. 18 fev. 2003.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Socias, São Paulo, v. 18, n. 51. 2003.

_____. **Dissertação de Mestrado intitulada Agricultura família, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do alto Uruguai/RS**. PDGDR/UFRGS, 2004.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias [online]**, n. 11, jan.-jun. 2004. Acesso em: 14 nov. 2012 p. 88-125.

_____. S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In; Froehlich. J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento rural – tendências e debates contemporâneos**. IJUI: Unijui, 2006.

_____. **A importância das políticas públicas para as políticas públicas no Brasil.** Revista de Políticas Públicas nr 3. 2007.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre:UFRS, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VAN DER PLOEG. J.D. **El proceso de trabajo agrícola Y la mercantilización.** In; GUZMAN. E. S. (Ed.) **Ecologia, Campesinato Y Historia.** Espana: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

VEIGA, J.E. da. **Destinos da ruralidade no processo de globalização.** Estudos avançados, São Paulo: v.18, n.51, 2003

VERDE. Valéria Villa. **Territórios, ruralidades e desenvolvimento.** Curitiba: Ipardes, 2004.

_____. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES, fev. 2004.

VILPOUX. Olivier François; OLIVEIRA. Michel Angelo Constantino de. **Governanças na agricultura familiar; mercados, contratos, redes e cooperativismo.** In: VILPOUX. Olivier François (org.). **Sustentabilidade e Agricultura Familiar.** Curitiba: CRV, 2011.

WANDERLEY. Maria Nazaré Bauldel. **Le Brésil: exploitation familiale ou latifundium?.** In: LAMARCHE, H. **La agriculture familiale.** Paris: L'Harmattan, 1994.

_____. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Campinas: Reforma Agrária, 1995.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo – RS: UFP, 2001.

_____. Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, Joao Carlos (org.) **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2001.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: continuidades e rupturas.** Revista estudos sociedade e agricultura, CPDA, n. 21, 2003

_____. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento.** Em publicacin: **Una nueva ruralidade em América Latina?.** Norma

Giarracca. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina 2001. ISBN: 950-9231-58-4.

WEISHEIMER, N. **Socialização e projetos de jovens agricultores familiares**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro: Maud X, pp. 237-252, 2007.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

ANÁLISE DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

1. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

1.1 – Qual é a área do lote de sua propriedade: _____ ha.

1.2– Informações Gerais

Caracterização	Região de Origem	Tempo na Região	Tempo no Lote	Onde Trabalha	Grau de Instrução	Idade	Mora na propriedade
Marido							
Mulher							
Filho 1							
Filho 2							

Legenda:

Estado origem; 1: Município; 2: Mato Grosso; 3: Sul; 4 Sudoeste; 5: Norte; 6: Centro-Oeste; 7: Nordeste

Onde Trabalha: (1)Na própria propriedade (2) Propriedade vizinha (3) Cidade]

Grau de instrução: (1) Analfabeto (2) Primário (3) Médio (4) Superior

Considerar para o grau de instrução: CO – completo NC – não completo

Motivo da permanência no meio rural: (1) herança (2) satisfação (3) falta de opção

4: outro: Especificar: _____

1.3 - Informações de renda

1.3.1 - Em quanto você estima sua renda mensal familiar?

() < ½ SM

() ½ a 1 SM

() 1 a 2 SM

() 2 a 5 SM

() > 5 SM

1.4 – Deslocamento para área urbana

	DESLOCAMENTO PARA ÁREA URBANA		
	FREQUÊNCIA	MOTIVO	MEIO DE TRANSPORTE
MARIDO			
MULHER			
FILHOS			

Legenda:

Frequência: (1) Diária (2) Semanal (3) Quinzenal (4) mensal (5) Esporádica

Motivo: (1) Consulta médica (2) Compras (3) Receber benefícios (4) Lazer

(5): outro: especificar: _____

Meio de Transporte: (1) Veículo automotivo próprio; (2) Ônibus; (3) A pé; (4) outros meios (carona, à cavalo, barco)

1.5 – Você se sente realizado morando no meio rural?

() Sim () Não. Porque? _____

1.5.1 – Gostaria que seus filhos dessem prosseguimento ao trabalho realizado na propriedade rural?

() Sim () Não Porque?

1.5.2 – Do total de filhos, todos permanecem morando na propriedade rural?

() sim () não Motivo: _____

1.5.3 – Possui filhos que se mudaram para a cidade?

() sim () não Motivo: _____

1.5.4 – Qual a atividade exercida pelo(s) filho(s) fora da propriedade?

2. PLURIATIVIDADE

2.1 Origem da Renda Familiar

2.1.1 Origem da renda principal

() Produção propriedade Qual: Valor: R\$
() Aposentadoria
() Outra atividade

2.1.2 – Alguém da família recebe alguma renda externa?

() marido Qual: Freq: Valor R\$:
() mulher Qual: Freq: Valor R\$:
() filhos Qual: Freq: Valor R\$:

2.1.3 Origem dessa renda

- () Rural
() Não rural
() Outras atividade

2.1.4 – Recebe bolsa família do governo

- () Não
() Sim - Qual o valor R\$: Freq:

2.2 – Produção e destino da produção agrícola

Cultura	Área Cultivada	Produção (ton.)	% comercialização externa	Preço	Onde comercialização			
Milho								
Soja								
Mandioca								
Cana								
Feijão								
Banana								

Legenda:

Comercialização: (1) Feira Livre (2) Atacado (3) Supermercado

2.3 - Produtividade e comercialização da produção animal

Cultura	Área ocupada	Numero animais*	Produção	% vendido	Onde (cidade)	Para quem?	Último preço (/unidade)
Gado carne							
Gado leiteiro							
Aves corte							
Aves poedeiras							
Suínos							
Ovinos							
Caprinos							

Legenda: * No caso das aves, informar se a criação é solta (S) ou cercada (C).

3 - Apoio institucional:

3.1 - Você recebe algum tipo de visita técnica:

() Nunca () Raramente () às vezes () com frequência () sempre

3.1.1 – De quem?

- EMPAER ()
- Prefeitura ()
- Empresa Privada ()
- SEDRAF ()
- EMBRAPA ()

3.1.2 Fora a extensão, você recebe algum tipo de apoio:

() Nunca () Raramente () Às vezes () com frequência () Sempre

3.1.3 – Atualmente você está com algum tipo de financiamento

() Sim () Não Qual? _____

Valor recebido (R\$): _____

Juros anuais (a.a%): _____

3.1.4 – Em sua opinião, quais os incentivos que poderiam ser criados para ajudar a sua produção no meio rural?
